



PREGÃO ELETRÔNICO

90030/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
(989221)

AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER A "BANDA LIRA DE PRATA DE SANTANA" VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS – GOIÁS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 147.371,74 (cento e quarenta e sete mil e trezentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/05/2026 às 14h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br

1 Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES....	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8. DO TERMO DE CONTRATO	14
9. DO REAJUSTE.....	15
10. DOS RECURSOS.....	15
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
12. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.....	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22
15. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;.....	23
16. ANEXO II - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;.....	23

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90030/2026
(Processo Administrativo nº 01124.00000173/2025-13)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 48.980, de 27 de abril de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de instrumentos musicais para atender a "Banda Lira de Prata de Santana" vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Anápolis – Goiás, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.8.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do <https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br
Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)
Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiáí, Anápolis - GO, 75110-030

financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei

Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 3.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 3.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 3.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 3.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 3.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 3.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 3.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 3.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 3.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - 3.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - 3.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 3.8. A falsidade de declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

<https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br
Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)
Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiáí, Anápolis - GO, 75110-030

4.1.1 valor unitário do item;

4.1.2 marca/fabricante;

4.1.3 Quantidade cotada;

4.1.3.1. Não havendo quantidade mínima a ser cotada no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).**
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. Na adoção para o envio de lances na licitação o modo de disputa “ABERTO E FECHADO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado:
- 5.10.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.10.1.3. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.1.4. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 5.10.1.5. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.10.1.6. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. **Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.**
- 5.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

5.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos

órgãos de controle.

5.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2. empresas brasileiras;

5.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.10. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital,

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.10.1. SICAF;

6.10.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
<https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br
Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)
Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiáí, Anápolis - GO, 75110-030

(<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

6.11. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.11.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.12. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.12.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.12.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.12.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.13. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.13.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.14. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.15. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.15.1. conter vícios insanáveis;

6.15.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.15.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.15.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.15.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.16. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.17. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.18. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.18.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.18.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.19. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.19.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.19.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.19.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.19.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.19.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.20. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.20.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.20.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.21. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.10. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar

a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalmente através de anexo no sistema eletrônico do Comprasnet.Gov.

7.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.15. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.16. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.17. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.17.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.18. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.18.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.19. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.19.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.20.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.21. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 04 (quatro) horas, para:

7.21.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.21.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.21.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.21.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.22. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.23. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.26. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.10. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.11. O adjudicatário terá o **prazo de 03 (três) dias úteis, contados** a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.12. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b)

disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 (três) dias úteis** dias úteis; ou c) outro meio

eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três) dias úteis** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.13. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.14. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.15. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DO REAJUSTE

9.10. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **outubro de 2025**.

9.11. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.12. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.13. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.14. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.15. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.16. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.17. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. DOS RECURSOS

10.10. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.11. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.12. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.12.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.12.2.o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.12.3.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.13. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.14. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.15. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.16. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.17. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.18. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.19. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.10. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do **Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023**.

11.11. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar;

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.12. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

13.3.1. descumprimento, de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou

13.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

11.13. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

11.14. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:

11.5.1. a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do

contraditório e da ampla defesa; e

11.5.2. a aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.16. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.

11.17. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, em contrato ou em outro instrumento obrigacional.

11.18. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções aqui previstas.

11.19. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

11.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.10.2. der causa à inexecução total do contrato;

11.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.10.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.10.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

11.10.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

11.20. Considera-se inexecução total do contrato:

11.11.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

11.11.2. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

11.21. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

11.22. será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

11.23. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente;

11.24. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

- 11.25. preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III do § 2º poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.
- 11.26. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.27. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- 11.28. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 11.29. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.30. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;
- 11.31. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.32. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.33. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria- Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.
- 11.34. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.35. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.
- 11.36. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.
- 11.37. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.
- 11.38. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:
- 11.29.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.
- 11.29.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.
- 11.29.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.
- 11.39. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.
- 11.40. Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas.
- 11.41. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.
- 11.42. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

11.43. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Anápolis, rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

11.44. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis, de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

12.10. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 48.980/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.11. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

12.15. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

12.16. Em conformidade com o artigo 12 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, cabe ao fiscal:

12.7.1. Prestar informações a respeito da execução dos serviços ou das entregas e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;

12.7.2. Manter o controle das ordens de serviço/compras emitidas e cumpridas, quando cabível;

12.7.3. Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;

12.7.4. Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;

12.7.5. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;

12.7.6. Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;

12.7.7. Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;

12.7.8. Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades

<https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br

Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)

Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiáí, Anápolis - GO, 75110-030

aplicáveis;

12.7.9. Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;

12.7.10. Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

12.7.11. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

12.7.12. Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência.

Fiscalização Técnica

12.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

12.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.14. A glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, somente ocorrerá quando a contratada:

12.15. não atender o mínimo qualitativo ou quantitativo estipulado pelo Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

12.16. deixar de utilizar materiais ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 09 DO ANEXO VI DO DECRETO MUNICIPAL Nº 48.980/2023, CABE AO GESTOR

<https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br
Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)
Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030

12.19. São competências do gestor do contrato:

- 12.19.7. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;
- 12.19.8. Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- 12.19.9. Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;
- 12.19.10. Acompanhar o prazo de vigência do contrato;
- 12.19.11. Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;
- 12.19.12. Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;
- 12.19.13. Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;
- 12.19.14. Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;
- 12.19.15. Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;
- 12.19.16. Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
- 12.19.17. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejarem a aplicação de penalidades;
- 12.19.18. Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;
- 12.19.19. Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;
- 12.19.20. Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;
- 12.19.21. Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;
- 12.19.22. Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;
- 12.19.23. Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 12.19.24. Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
- 12.19.25. Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;
- 12.19.26. Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;
- 12.19.27. Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;

- 12.19.28. Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;
- 12.19.29. Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;
- 12.19.30. Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;
- 12.19.31. Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.

12.20. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.21. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.22. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.10. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.11. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.12. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br.

13.13. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.14. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

13.15. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.10. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

14.12. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.13. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.14. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.15. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.17. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.18. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://acessoainformacao.anapolis.go.gov.br/>.

14.20. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT/CATSER) e as especificações constantes no Edital, prevalecerão as especificações do ANEXO I, Termo de Referência, do Edital.

14.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

15.10. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

16. ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

16.10. Apêndice do Anexo II- Análise de Riscos



TERMO DE REFERÊNCIA

- 1. OBJETO**
- 1.1. **Aquisição de instrumentos musicais para atender a "Banda Lira de Prata de Santana” vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Anápolis – Goiás, em conformidade com Emenda Parlamentar de “Transferência Especial” nº 479/2023,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste termo de referência.
- 1.2. **Especificações mínimas dos itens:**

Item	CATMAT	Descrição	Quant	Unid	Benefício	V. Unit	V. Total
1	467129	CARRILHÃO PROFISSIONAL - Material: Alumínio de alta qualidade; Quantidade de barras: 25 barras; Configuração: Fileira única; Acompanha suporte ou pedestal adequado para uso profissional;	1	Unid	Exclusivo ME/EPP/MEI	R\$553,00	R\$553,00
2	3477703	ESTANTE DE PRATO - Material: Construído em aço carbono de alta qualidade ou material equivalente, com tratamento antiferrugem para garantir resistência à corrosão e prolongar a vida útil, mesmo em ambientes úmidos; Peso: Máximo de 2,5 kg, garantindo leveza para facilitar o transporte e a portabilidade; Altura Ajustável: Regulagem de altura entre 60 cm e 80 cm (mínimo), com sistema de ajuste prático e seguro, permitindo adaptação a diferentes configurações de palco e estilos de execução musical; Base: Estrutura em tripé ou similar, projetada para proporcionar estabilidade superior, evitando oscilações ou quedas durante performances intensas; Compatibilidade: Capacidade de suportar pratos musicais de até 18 polegadas de diâmetro, com sistema de fixação universal que garanta segurança e compatibilidade com diferentes marcas e modelos de pratos; Montagem: Sistema de montagem e desmontagem rápida, sem necessidade de ferramentas adicionais, projetado para facilitar o transporte, armazenamento e uso imediato; Acabamento: Revestimento antiferrugem de alta durabilidade, com pintura ou tratamento superficial que assegure resistência a intempéries e desgaste pelo uso contínuo; Finalidade: Atender às demandas de práticas musicais, ensaios, apresentações ao vivo e atividades pedagógicas, sendo adequado para uso por músicos de todos os níveis de experiência;	1	Unid	Exclusivo ME/EPP/MEI	R\$337,68	R\$337,68
3	293220	ESTANTES PARA PARTITURA DE MADEIRA REFORÇADA - Material: Tripé em aço carbono com ajuste telescópico de altura. Possui ajuste de inclinação com sistema dentado, acabamento em pintura eletrostática a pó na cor preta. Base superior em MDF 6, 00mm com dimensões 390x290mm	60	Unid	Exclusivo ME/EPP/MEI	R\$447,06	R\$26.823,60
4	460991	FLUGELHORN Bb - Especificações Chave Bb. Material da Campana, Two piece, Gold brass Diâmetro da campana 151.8mm (6"). Dimensão do calibre M 11mm (0.433"). Peso Medium, Acabamento Silver-plated. Bocal FH 11F4.	1	Unid	Exclusivo ME/EPP/MEI	R\$21.242,74	R\$21.242,74
5	456428	HARD CASE ACESSÓRIOS - 100x50X50 com Rodas reforçado. Estrutura de 10mm revestido em Laminado TX preta. Perfil macho e fêmea de 10mm de alumínio para maior resistência. Cantoneira em L nas laterais de 25 mm. Acabamento interno em espuma de alta densidade de 10mm 2 fechos Embutidos cromado 4 Rodas Giratórias 360°. Cantos de metal cromado 2 Alças embutidas. Dimensões Livre interna do case. Largura 100 cm. Profundidade 50 cm. Altura 50 cm.	4	Unid	Exclusivo ME/EPP/MEI	R\$1.935,00	R\$7.740,00
6	475611	HARD CASE MESA – Case Rígido, Estrutura de 06mm revestida em laminado TX preto, com perfil em alumínio macho e fêmea de 06mm e cantoneira em alumínio "L" de 15mm, Acabamento interno em polietileno expandido, 14 cm de altura, 34 cm de comprimento e 53 cm de largura, e dimensões interiores de 61 cm de comprimento e 38 cm de largura.	1	Unid	Exclusivo ME/EPP/MEI	R\$1.046,00	R\$1.046,00
7	631129	MICROFONE DINÂMICO CARDÍÓIDE PROFISSIONAL – Conector/es saída xlr-3, frequência máxima 20000Hz, frequência mínima 40Hz, alta resolução, impedância 600, com fio	4	Unid	Exclusivo ME/EPP/MEI	R\$ 704,67	R\$ 2.818,68
8	624823	MIXER DE 12 CANAIS - 4 mono/mic + 4 estéreo / 2 barramentos de grupo + 1 barramento estéreo / 2 AUX (incluindo efeito), Mixer de 12 canais,4 entradas de microfones (MAX 6) / 4 entradas estéreo, 2 Barramentos de grupo e 1 Barramento estéreo, 2 Saídas AUX (incluindo efeito), Pré-amplificador D-PRE que utiliza o circuito invertido de Darlington, 1-Potenciometro de control de compressão, Efeitos de alto nível: SPX com 24 programas, Funções Audio via USB 24-bit / 192kHz 2in / 2out, Compatível com iPad (2 ou posterior), através de adaptadores apropriados (APPLE), Incluindo o software Cubase AI DAW (download version), Chave de atenuação (PAD) nos canais mono, Phantom Power - Entrada de Mic +48V, Saída XLR balanceada, Fonte de alimentação elétrica universal interna, compatível em todo mundo.	1	Unid	Exclusivo ME/EPP/MEI	R\$18.458,14	R\$18.458,14
9	379683	PEDESTAL PARA CAIXA DE SOM – Material Ferro, Modelo: Extensível, Construído com tubos de 1 ½”, 3 Furos disponíveis para inserção do pino de segurança, Capacidade: 50 kgs, Regulagem de abertura dos pés, Trava de segurança e Altura mínima de 80 cm.	2	Unid	Exclusivo ME/EPP/MEI	R\$168,49	R\$ 336,98
10	632313	TROMPETES Bb, MODELO PROFISSIONAL - Campana Inteiriça 4-7/8", Calibre .462" (11,73mm), Pistos confeccionados em Monel, Chave de afinação na 1ª volta acionada exclusivamente por sistema de gatilho, Trava de segurança de abertura na 3ª volta, Acabamento prateado, Bocal Americano CKB3C, Estojo Luxo. Procedência: Europa, Japão ou Estados Unidos.	3	Unid	Exclusivo ME/EPP/MEI	R\$13.685,43	R\$41.056,29
11	460000	TUBA 4/4 EM Bb, MODELO PROFISSIONAL – Material Latão, 4 Válvulas - gatilho, Campana diâmetro: 482mm, Calibre diâmetro: 18,50m, Afinação Sibemol, Acabamento: Banhado a prata com acessórios laqueados.	1	Unid	Exclusivo ME/EPP/MEI	R\$26.958,63	R\$26.958,63
Valor Total Estimado da Aquisição							R\$ 147.371,74

- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, conforme art. 80 do Decreto municipal nº 48.980/2023, contados a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Município.
- 1.5. A modalidade da contratação será **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, conforme os termos do art. 28, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.7. A licitação será processada de forma Exclusiva para MEI, ME e EPP em atendimento ao Art 48, inciso I da Lei 123/2006.**
- 1.8. A forma eletrônica é justificada pela ampla competitividade e redução de custos operacionais.
- 1.9. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.10. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.12. O critério de julgamento e adjudicação será **Menor Preço por item**. O critério adotado será o de menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e inciso V do artigo 82 da Lei 14.133/2021, tendo em vista que:
- a) A adoção do critério por item amplia a competitividade, permitindo que empresas especializadas em determinados instrumentos possam participar da disputa de forma isolada, sem a obrigatoriedade de fornecer o conjunto total de itens;
 - b) Garante-se, assim, a seleção da proposta mais vantajosa para cada item, assegurando economicidade e atendimento à especificidade da demanda.

- 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. O Município de Anápolis ainda não elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para 2025. Por isso, a atual contratação será incluída no planejamento de 2026. Vale ressaltar, no entanto, que esta contratação está totalmente alinhada com o planejamento estratégico da administração municipal.
- 2.2. **A aquisição de instrumentos musicais para atender a "Banda Lira de Prata de Santana” vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Anápolis – Goiás, em conformidade com Emenda Parlamentar de “Transferência Especial” nº 479/2023,** que atualiza e adequa o Plano Plurianual 2022-2025 (originalmente estabelecido pela Lei Complementar nº 473/2021)
- 2.3. Essa medida reforça o compromisso da prefeitura em investimentos voltados à cultura.
- 2.4. A aquisição trata-se de produtos **“comuns”**, a ser contratado mediante licitação, na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA, conforme Previsto Art. 28, Inciso I c/c Art. 17, § 2º.**
- 2.5. Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.6. Fundamentação legal:
- a) Lei Federal Nº 14.133/2021
 - b) Lei Complementar Nº 123/2006
 - c) Decreto Municipal nº 48.980/2023
- 2.7. As justificativas da necessidade da contratação encontram-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares.

- 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**
- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

- 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
- 4.1. **Sustentabilidade:**
- 4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1.1. A contratada compromete-se a executar o objeto deste contrato em conformidade com os princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, promovendo o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.1.1.2. **Obrigações Específicas:**

a) Utilizar, sempre que aplicável, materiais, produtos e tecnologias que minimizem o impacto ambiental, incluindo, mas não se limitando a itens recicláveis, biodegradáveis ou com certificação de origem sustentável, conforme especificado no edital e seus anexos.

b) Adotar práticas que reduzam o consumo de recursos naturais, como água e energia, e que promovam a eficiência no uso desses recursos durante a execução do contrato.

c) Garantir a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados na execução do contrato, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis.

d) Priorizar, quando cabível, a contratação de mão de obra local e a aquisição de bens e serviços produzidos no território nacional, observadas as condições de preço, qualidade e competitividade, conforme artigo 25, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

e) Cumprir com as normas trabalhistas, de segurança e saúde ocupacional, garantindo condições dignas de trabalho e igualdade de oportunidades, em linha com os princípios de responsabilidade social.
- 4.1.1.3. **Critérios de Avaliação e Fiscalização:**

a) A contratada deverá apresentar, quando solicitado pela contratante, relatórios ou documentos comprobatórios do cumprimento das práticas sustentáveis exigidas, incluindo certificações ambientais, planos de gestão de resíduos ou comprovantes de uso de materiais sustentáveis.

b) A contratante poderá realizar fiscalizações periódicas para verificar o atendimento às obrigações previstas nesta cláusula, sendo a contratada responsável por fornecer acesso às informações e instalações necessárias.
- 4.1.1.4. **Penalidades:**

a) O descumprimento das obrigações de sustentabilidade previstas nesta cláusula sujeitará a contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de contratar com a Administração Pública ou declaração de inidoneidade, conforme artigos 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

4.2. Subcontratação:

4.2.1. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

4.3. Da exigência de amostra ou prova de conceito:

4.3.1. Concluiu-se que **não será exigida amostra ou prova de conceito** na licitação, uma vez que tal medida seria inadequada ao caso concreto. A exigência de apresentação de amostras impactaria desnecessariamente o custo da contratação, além de restringir o caráter competitivo do processo. Ademais, as especificações técnicas detalhadas no edital e as garantias de desempenho contratual se mostram suficientes para assegurar que o objeto adquirido atenderá à necessidade pública especificada.

4.4. Garantia da Contratação:

4.4.1. **Não haverá exigência da garantia da contratação** dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4.1.1. Nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia é faculdade da Administração, no caso em análise, opta-se por dispensá-la por se tratar de fornecimento comum com entrega integral e imediata, sem adiantamento de pagamento e com quitação condicionada ao recebimento e atesto de conformidade; os riscos de inadimplemento mostram-se residuais e estão adequadamente mitigados por conferência técnica, obrigação de substituição, garantia do fabricante e sanções contratuais, de modo que a exigência de garantia seria desproporcional e antieconômica, com potencial de elevar preços e reduzir a competitividade.

4.5. Da Participação de microempresas e empresas de pequeno porte:

4.5.1. **A licitação será processada de forma Exclusiva para MEI, ME e EPP em atendimento ao Art 48, inciso I da lei 123/2006.**

4.6. Participação de Consórcios:

4.6.1. **Não Será admitida a participação de empresas em regime de consórcio.**

4.6.1.1. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio porque o objeto é de execução direta, unitária e de baixa/média complexidade, com ampla oferta de fornecedores aptos a participar individualmente; a formação de consórcios não agrega ganho técnico ou econômico, aumenta a complexidade de gestão e fiscalização, dificulta a alocação de responsabilidades, cria risco de conluio e pode reduzir a competitividade e a economicidade. A vedação está motivada nos estudos preliminares e na análise de riscos, sendo compatível com a faculdade do edital de disciplinar condições de participação à luz da Lei nº 14.133/2021.

5. DA PROPOSTA

- 5.1. Ao enviar sua proposta, a empresa deverá observar as especificações contidas neste Termo de Referência.
- 5.2. A apresentação de proposta implicará plena aceitação, por parte da empresa, das condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 5.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.4. Os licitantes, na descrição detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:

5.4.1. Prazo de entrega, observando o limite máximo do Termo de Referência.

5.4.2. Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência.

5.4.3. Prazo de validade da proposta.

5.4.4. Origem (nacional ou estrangeiro).

5.4.5. Marca, modelo, apresentação e numeração do registro (caso haja). Sendo vedada a apresentação de mais de uma marca/modelo para cada item.
- 5.5. Para fins classificatórios, não serão aceitos preços diferentes para o mesmo item, haja vista a inexistência de circunstâncias que os justifiquem, tais como locais de entrega, fatores temporais e logísticos etc.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega:

- 6.1.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento** a ser emitida pela Secretaria Municipal de Cultura, **em remessa única;**
- 6.1.2. Os itens deverão ser entregues na **Sede da Secretaria Municipal de Cultura de Anápolis na Av. Brasil Sul, nº 200, Centro, Anápolis – Goiás, CEP 75075-210, em horário comercial: 08h:00min às 12h:00min e das 14h:00min às 17h:00min.**

6.2. Garantia, manutenção e assistência técnica:

- 6.2.1. O prazo de garantia do produto, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 6.2.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 6.2.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 6.2.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 6.2.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 6.2.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 6.2.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 6.2.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 6.2.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 6.2.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 6.2.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 6.2.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;

6.3. A ordem de fornecimento deverá ser cumprida em sua totalidade.

6.4. **Condições de recebimento:** Fornecer os produtos nos dias e horários conforme determinando pela Secretaria Municipal de Cultura.

6.5. **Formalização dos pedidos:** A formalização dos pedidos se dará por meio de ordem de fornecimento, de origem do departamento de compras, que será encaminhada para a contratada por meio de correio eletrônico, devidamente designado pela mesma no ato da contratação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 7.7. Em conformidade com o artigo 12 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, cabe ao fiscal:

7.7.1. Prestar informações a respeito da execução dos serviços ou das entregas e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;

7.7.2. Manter o controle das ordens de serviço/compras emitidas e cumpridas, quando cabível;

7.7.3. Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;

- 7.7.4. Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;
- 7.7.5. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;
- 7.7.6. Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;
- 7.7.7. Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;
- 7.7.8. Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;
- 7.7.9. Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;
- 7.7.10. Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;
- 7.7.11. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 7.7.12. Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência.

Fiscalização Técnica

- 7.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.10. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 7.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
 - 7.14.1. A glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, somente ocorrerá quando a contratada:
 - I. I - não atender o mínimo qualitativo ou quantitativo estipulado pelo Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
 - II. II - deixar de utilizar materiais ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

Em conformidade com o artigo 09 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, cabe ao gestor:

- 7.17. São competências do gestor do contrato:
- 7.18. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;
- 7.19. Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à - execução do contrato;
- 7.20. Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;
- 7.21. Acompanhar o prazo de vigência do contrato;
- 7.22. Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;
- 7.23. Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;
- 7.24. Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;
- 7.25. Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;
- 7.26. Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;
- 7.27. Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
- 7.28. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejarem a aplicação de penalidades;
- 7.29. Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;
- 7.30. Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;
- 7.31. Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;
- 7.32. Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;
- 7.33. Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;
- 7.34. Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 7.35. Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
- 7.36. Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;
- 7.37. Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;
- 7.38. Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;
- 7.39. Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;
- 7.40. Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;
- 7.41. Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;
- 7.42. Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.
- 7.43. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.44. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.45. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.
- 8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:
 - 8.2.1. Advertência;
 - 8.2.2. Multa;
 - 8.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
 - 8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
 - 8.3.1. Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou
 - 8.3.2. Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 8.4. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.
- 8.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:
 - 8.5.1. A aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; e
 - 8.5.2. A aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.
- 8.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, em contrato ou em outro instrumento obrigacional.
- 8.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções aqui previstas.
- 8.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:
 - 8.10.1. Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 8.10.2. Der causa à inexecução total do contrato;
 - 8.10.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 8.10.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 8.10.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou
 - 8.10.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 8.11. Considera-se inexecução total do contrato:
 - 8.11.1. Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e
 - 8.11.2. Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.
- 8.12. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:
 - 8.12.1. Será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

- 8.12.2. A justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente;
- 8.12.3. Rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e
- 8.12.4. Preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III do § 2º poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.
- 8.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 8.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- 8.14.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 8.14.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.14.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;
- 8.14.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 8.14.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.15. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.
- 8.16. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 8.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.
- 8.18. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.
- 8.19. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.
- 8.20. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:
- 8.21. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.
- 8.22. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.
- 8.23. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.
- 8.24. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.
- 8.25. Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas.
- 8.26. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.
- 8.27. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 8.28. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Anápolis, rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.
- 8.29. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis, de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) Fiscal do Contrato responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação pelo(a) Gestor(a) do contrato, e será realizado por meio das seguintes atividades:
- a) Análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;
- b) Emissão de termo detalhado para efeito de recebimento definitivo do objeto, com base nos relatórios e documentação apresentados; e
- c) Comunicação à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização, considerando ainda, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), quando aplicável.
- 9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 9.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 9.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, conforme artigo 66 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.
- 9.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 9.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.14. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 9.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 9.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

- 9.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.

Forma de Pagamento

- 9.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 9.24. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em outubro de 2025.
- 9.25. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.26. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.27. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.28. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.29. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.30. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.31. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE CONTRATAÇÃO

- 10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.
- 10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

- 10.2. **Forma de fornecimento.**
- 10.2.1. **O fornecimento do objeto será de forma integral e imediato;**
- 10.3. **Critérios de aceitabilidade de preços.**
- 10.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços.
- 10.3.2. Não será permitida a previsão de preços diferentes;
- 10.4. Demais critérios e exigências de seleção de fornecedor estão descritos no Edital.
- 10.5. Para a aquisição dos produtos pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título qualificação técnica, nos termos do art. 62, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- 10.5.1. **Habilitação jurídica**
- 10.5.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.5.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.5.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 10.5.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.5.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.5.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 10.5.1.7. **Não Será admitida a participação de empresas em regime de consórcio.**
- 10.5.1.8. Atender, na íntegra, às disposições do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 10.5.2. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**
- 10.5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
- 10.5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.5.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.5.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 10.5.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.5.2.6. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 10.5.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- 10.5.3. **Habilitação econômico-financeira:**
- 10.5.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.5.3.1.1. **Justificativa da Dispensa parcial da habilitação econômico-financeira Art 69:**
- 10.5.3.1.1.1. A dispensa parcial da habilitação econômico-financeira, especificamente da exigência do inciso I do Artigo 70 da Lei nº 14.133/2021, que requer o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, é justificada por se tratar de fornecimento comum com entrega integral e imediata, sem adiantamento de pagamento e com quitação condicionada ao recebimento e atesto de conformidade.
- 10.5.4. **Outras Comprovações**
- 10.5.4.1. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. (Art 63, Inciso I);
- 10.5.4.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art 63, Inciso IV);
- 10.5.4.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Art 63, Inciso IV, § 1º);
- 10.5.4.4. Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. (Art 63, Inciso IV, § 3º);
- 10.5.4.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (Art 67, Inciso VI);
- 10.5.4.6. Declaração que cumpri o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Art 68, Inciso VI);
- 10.5.5. **Disposições gerais sobre habilitação**
- 10.5.5.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.5.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.5.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.5.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.5.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
- 11.1 - O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 147.371,74 (cento e quarenta e sete mil e trezentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contante no 1.2, deste Termo de Referência:
- 11.1.1. O valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** é oriundo da Emenda Parlamentar nº 479/2023, processo nº 202400042000997, repassado pela Secretaria de Estado de Relações Institucionais – SERINT, na conta do Banco Caixa Econômica Federal, Agência 2511-9, Operação 2200, Conta Corrente 000575232749-7.
- 11.1.2. O valor de **R\$ 47.371,74 (quarenta e sete mil e trezentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos)** é oriundo de contrapartida do Município de Anápolis.

11. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- 11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 11.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.1.7. O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 11.1.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 11.1.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 11.1.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 11.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 11.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 11.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 11.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 11.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 11.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 11.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 11.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 11.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 11.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

- 11.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 11.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 11.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 11.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 11.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 11.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. São obrigações do Contratante:
 - 12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 12.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 12.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 12.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 12.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 12.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 12.1.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 12.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
 - 12.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

- 13.1. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.
- 13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 13.4. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação (**aquisição de instrumentos musicais para atender a "Banda Lira de Prata de Santana" vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Anápolis – Goiás**, correrão à conta de fonte de repasse oriunda da **com recursos oriundos da Emenda Parlamentar Estadual de “Transferência Especial” nº 479/2023**) repassados pela **Secretaria de Estado de Relações Institucionais de Goiás – SERINT**, conforme Parecer Contábil e dotação orçamentária em anexo.

15. DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
 - 16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 16.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

18. FORO

- 18.1. Fica definido o Foro da Comarca de Anápolis - Goiás para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Despacho: O Termo de Referência está sob a responsabilidade de uma equipe dedicada e especializada, composta por profissionais de diversas áreas, cuja expertise é fundamental para o sucesso e a qualidade do termo.

Anápolis - Goiás, 30 de outubro de 2025.

Luciene Aparecida Silva
Gerente administrativo e financeiro
Responsável pela Solicitação

Ciente e de acordo.

Rafael Pires Borges
Secretário Municipal de Cultura e Turismo



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Aparecida Silva Rodrigues, Gerente**, em 28/04/2026, às 10:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pires Borges, Secretario(a)**, em 28/04/2026, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2377409** e o código CRC **0326CA19**.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**Processo: 01124.00000173/2025-13****1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. A necessidade de contratação em pauta, que versa sobre a aquisição de instrumentos musicais e insumos para a "Banda Lira de Prata de Santana", transcende a mera reposição de bens. Ela se insere em um contexto muito mais amplo e vital para o Município de Anápolis: a salvaguarda e a promoção do patrimônio cultural imaterial, o fomento à educação musical e a democratização do acesso à cultura.
- 1.2. O problema central que se busca resolver, sob a perspectiva do interesse público, reside no *risco iminente de descontinuidade e precarização das atividades de uma instituição de valor inestimável*. Conforme detalhado no DFD, a Banda Lira de Prata de Santana, com sua história desde 1951, é reconhecida como um "patrimônio vivo" de Anápolis. Sua atuação vai além das apresentações; ela cumpre um papel formativo e de difusão musical, sendo um vetor estratégico para a democratização do acesso à cultura e para a preservação da memória e das tradições locais. A ausência de condições materiais adequadas para sua operação compromete diretamente essa missão.
- 1.3. A justificativa técnica e jurídica aponta que o ciclo de vida útil de parte significativa dos instrumentos e equipamentos já se encontra tecnicamente exaurido devido ao uso contínuo. Além disso, há uma demanda constante por recomposição de insumos indispensáveis à manutenção preventiva e corretiva, como palhetas, boquilhas, baquetas, entre outros, que são essenciais para assegurar a estabilidade, afinação, durabilidade e qualidade sonora das performances. A falha na substituição ou na manutenção desses itens não acarreta apenas uma inconveniência operacional, mas um comprometimento direto na qualidade artística das entregas, o que desvaloriza o trabalho da Banda e, consequentemente, o investimento público e social.
- 1.4. Essa situação gera um dilema de alto impacto para o interesse público. De um lado, a inação levaria à depreciação de um bem cultural com mais de sete décadas de existência e à potencial interrupção de suas atividades, privando a comunidade de um acesso qualificado à música e à arte. De outro, a ausência de instrumentos e insumos adequados pode resultar em custos mais elevados decorrentes de manutenções corretivas emergenciais, o que seria antieconômico e ineficiente para a gestão dos recursos públicos. A intervenção é, portanto, uma medida de economicidade, ao prevenir gastos maiores no futuro, e de eficiência, ao otimizar o uso do acervo existente e garantir a longevidade da Banda.
- 1.5. Adicionalmente, a contratação possui um caráter de **prioridade alta**, conforme indicado no DFD. Esta prioridade é justificada pela necessidade de execução tempestiva dos recursos provenientes da Emenda Parlamentar de Transferência Especial nº 479/2023. A não utilização desses recursos dentro do prazo estabelecido acarretaria a perda do financiamento, um cenário que o gestor público deve, por dever de ofício, evitar a todo custo. Tal perda não só impactaria o cronograma das ações culturais planejadas, mas também representaria uma falha na captação e aplicação de recursos externos em benefício da comunidade.
- 1.6. Portanto, a descrição da necessidade da contratação, sob o prisma do interesse público, é a de garantir a **continuidade e a excelência das atividades da Banda Lira de Prata de Santana**, protegendo um patrimônio cultural valioso e assegurando que os recursos públicos, em especial os oriundos de emenda parlamentar, sejam aplicados de forma estratégica, eficiente e transparente. A aquisição e manutenção desses instrumentos e insumos são fundamentais para que a Banda possa continuar a cumprir seu papel social, artístico e formativo, elevando o padrão das performances, ampliando o alcance das ações culturais e consolidando sua presença nos eventos oficiais e comunitários do Município, reforçando, assim, a política pública de valorização do patrimônio artístico local e garantindo valor social direto à comunidade.
- 1.7. **DA NATUREZA DO OBJETO:**
 - 1.7.1. Os produtos a serem contratados possuem características de **qualidade comum**, por serem amplamente disponíveis no mercado e adequados à finalidade proposta, sem exceder os limites necessários para atender às demandas da Banda Lira de Prata de Santana. Dessa forma, observa-se estrita conformidade com o disposto no Art. 20 da Lei nº 14.133/2021, que assegura a compatibilidade entre a qualidade dos produtos e a economicidade da contratação.
 - 1.7.2. Embora a aquisição de instrumentos musicais e insumos envolva itens com especificações técnicas detalhadas, **esses produtos podem ser classificados como de fornecimento comum, conforme o Inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021**. Trata-se de itens cujos padrões de desempenho, qualidade e características técnicas são amplamente conhecidos no mercado e passíveis de serem objetivamente definidos no edital de forma precisa. Essas características permitem uma descrição clara e detalhada que favorece ampla competitividade entre fornecedores, sem a exigência de análise técnica especializada para identificação ou avaliação por parte dos licitantes.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- 2.1. O Município de Anápolis ainda não elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para 2025. Por isso, a atual contratação será incluída no planejamento de 2026. Vale ressaltar, no entanto, que esta contratação está totalmente alinhada com o planejamento estratégico da administração municipal.
- 2.2. **A aquisição de instrumentos musicais para atender a "Banda Lira de Prata de Santana" vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Anápolis – Goiás, em conformidade com Emenda Parlamentar de "Transferência Especial" nº 479/2023**, que atualiza e adequa o Plano Plurianual 2022-2025 (originalmente estabelecido pela Lei Complementar nº 473/2021).
- 2.3. Essa medida reforça o compromisso da prefeitura em investimentos voltados à saúde pública.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. a escolha da solução deve ser pautada por requisitos que garantam não apenas a funcionalidade imediata, mas a perenidade e a excelência das atividades da "Banda Lira de Prata de Santana", reconhecida como patrimônio cultural de Anápolis.
- 1.2. **Requisitos Essenciais para a Escolha da Solução**
 - 1.2.1. **Adequação Técnica e de Desempenho ao Objeto:** Os instrumentos e equipamentos a serem adquiridos devem possuir características técnicas que garantam um padrão profissional de performance, compatível com a relevância institucional e a agenda de apresentações da Banda Lira de Prata de Santana. A escolha deve refletir um rigor técnico apurado, conforme o DFD já aponta para a "definição das quantidades a serem adquiridas decorre de levantamento técnico do acervo e do estado de conservação dos instrumentos". Isso implica em:
 - 1.2.1.1. **Qualidade Sonora Superior:** Instrumentos que ofereçam timbre, projeção e afinação consistentes, adequados para diferentes estilos musicais e ambientes de apresentação.
 - 1.2.1.2. **Componentes de Alta Performance:** Exige-se, para itens como a FLUGELHORN Bb, MIXER DE 12 CANAIS, TROMPETES Bb, MODELO PROFISSIONAL, TUBA 4/4 EM Bb, MODELO PROFISSIONAL entre outros, com especificações técnicas, já constantes no DFD, não representam um excesso, mas a garantia do "padrão técnico compatível" com a excelência da Banda.
 - 1.2.1.3. **Funcionalidades Específicas:** Conforme detalhado para itens como FLUGELHORN Bb, MIXER DE 12 CANAIS, TROMPETES Bb, MODELO PROFISSIONAL, TUBA 4/4 EM Bb, MODELO PROFISSIONAL entre outros, as funcionalidades devem corresponder às necessidades artísticas e operacionais, permitindo a execução do repertório e a integração com o arranjo atual da Banda.

- 1.2.2. **Compatibilidade e Padronização:** A integração dos novos instrumentos e insumos com o parque instrumental já existente é um requisito primordial. O DFD menciona explicitamente que, no levantamento técnico, foram observados "critérios objetivos, tais como vida útil estimada, intensidade de uso por naipe, padronização e compatibilidade entre modelos". A solução deve, portanto, assegurar que as novas aquisições possam ser incorporadas sem gerar desequilíbrio na sonoridade ou dificuldades operacionais. Isso reduz a curva de adaptação dos músicos e otimiza a manutenção do conjunto.
- 1.2.3. **Durabilidade e Confiabilidade:** Considerando que a justificativa da contratação inclui a substituição de itens com "ciclo de vida útil tecnicamente exaurido", a durabilidade e a robustez dos novos equipamentos são indispensáveis. A escolha deve privilegiar materiais de alta resistência e construção sólida, que suportem o uso intenso e as demandas de transporte e armazenamento inerentes a uma banda em atividade constante. Isso minimiza a necessidade de manutenções frequentes e onerosas, além de prolongar o período de utilização dos bens.
- 1.2.4. **Manutenibilidade e Suporte Técnico:** A facilidade de manutenção e a disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica para os equipamentos são cruciais para a continuidade das operações. A solução escolhida deve oferecer garantias de acesso a serviços de reparo e reposição de componentes, especialmente para os insumos e peças mais específicas. A inclusão de "Hard Case" para instrumentos e equipamentos, já sinaliza a preocupação com a proteção e, consequentemente, com a manutenção preventiva e corretiva.
- 1.2.5. **Garantia e Pós-venda:** É mandatório que a contratação preveja garantias robustas sobre os produtos adquiridos, cobrindo eventuais defeitos de fabricação e assegurando a qualidade dos materiais. Um serviço de pós-venda eficiente e acessível é um diferencial, pois contribui para a longevidade dos equipamentos e a tranquilidade da gestão.
- 1.3. Critérios e Práticas de Sustentabilidade**
- 1.3.1. Em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, que incentiva a adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, e alinhado à natureza específica deste objeto, os aspectos de sustentabilidade serão abordados sob as seguintes dimensões:
- 1.3.1.1. **Dimensão Ambiental:** Para instrumentos musicais de alta especificidade, o principal critério ambiental relevante reside na **durabilidade e longevidade** dos bens. Ao adquirir instrumentos de elevada qualidade e resistência, com vida útil estendida, reduz-se significativamente a frequência de descarte e a necessidade de produção de novos itens, minimizando o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos ao longo do tempo. A ênfase na substituição de equipamentos "cujo ciclo de vida útil se encontra tecnicamente exaurido" já traduz essa preocupação. Para os insumos, a preferência será por aqueles com menor impacto ambiental em sua produção e descarte, desde que compatível com o desempenho técnico exigido.
- 1.3.1.2. **Dimensão Social:** O projeto de aquisição dos instrumentos tem um impacto social direto e extremamente positivo. A Banda Lira de Prata de Santana é um "vetor estratégico para a democratização do acesso à cultura e para a preservação da memória e das tradições locais". A continuidade e aprimoramento de suas atividades, viabilizadas por esta contratação, fortalecem a identidade cultural do Município, fomentam a educação musical e proporcionam acesso à arte para a comunidade. Trata-se, portanto, de uma ação que sustenta o tecido social e cultural de Anápolis, elevando o bem-estar e a qualidade de vida da população através da cultura.
- 1.3.1.3. **Dimensão Econômica:** A economicidade, já mencionada no DFD, é um pilar da sustentabilidade econômica. A contratação busca "garantir entregas artísticas com padrão técnico compatível" e "evitando custos mais elevados decorrentes de quebras e intervenções emergenciais". Isso não se traduz apenas em menor dispêndio imediato, mas na otimização do investimento público em longo prazo, garantindo que os recursos da Emenda Parlamentar nº 479/2023 sejam aplicados de forma responsável e gerem valor sustentável para a sociedade. A redução da necessidade de manutenção corretiva e a maior vida útil dos bens representam uma alocação eficiente dos recursos.
- 1.4. Considerando a natureza altamente especializada dos instrumentos musicais profissionais, que frequentemente utilizam materiais específicos e técnicas construtivas consolidadas para garantir o desempenho acústico e a durabilidade, a aplicação de critérios ambientais mais restritivos poderia, neste contexto, gerar uma restrição indevida à competitividade e comprometer o padrão de qualidade técnico exigido. Assim, o foco primordial da sustentabilidade recai sobre a durabilidade, a longevidade e o impacto social e econômico da manutenção de um serviço cultural de excelência.
- 1.5. Para assegurar a ampla competitividade, as especificações detalhadas no DFD foram elaboradas com base em um levantamento técnico criterioso, buscando descrever o *que* é necessário em termos de desempenho e funcionalidade, e não meramente restringir a marcas ou modelos específicos sem justificativa. A indicação de certas características, resultado de uma análise técnica que define o padrão mínimo aceitável para um instrumento "profissional" que se integrará a um conjunto já consolidado. Isso visa evitar propostas de itens que, embora genéricos, não atendam à expectativa de qualidade e compatibilidade da Banda, o que redundaria em uma contratação ineficiente.
- 1.6. Em suma, os requisitos essenciais à escolha da solução convergem para uma contratação que equilibre a excelência técnica, a otimização dos recursos públicos e a promoção da sustentabilidade em suas dimensões mais relevantes para o objeto, sempre com o olhar atento à garantia da competitividade e à entrega de valor social para a comunidade de Anápolis.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Item	CATMAT	Descrição	Qu
1	467129	CARRILHÃO PROFISSIONAL - Material: Alumínio de alta qualidade; Quantidade de barras: 25 barras; Configuração: Fileira única; Acompanha suporte ou pedestal adequado para uso profissional;	1
2	17240	ESTANTE DE PRATO - Material: Construído em aço carbono de alta qualidade ou material equivalente, com tratamento antiferrugem para garantir resistência à corrosão e prolongar a vida útil, mesmo em ambientes úmidos; Peso: Máximo de 2,5 kg, garantindo leveza para facilitar o transporte e a portabilidade; Altura Ajustável: Regulagem de altura entre 60 cm e 80 cm (mínimo), com sistema de ajuste prático e seguro, permitindo adaptação a diferentes configurações de palco e estilos de execução musical; Base: Estrutura em tripé ou similar, projetada para proporcionar estabilidade superior, evitando oscilações ou quedas durante performances intensas; Compatibilidade: Capacidade de suportar pratos musicais de até 18 polegadas de diâmetro, com sistema de fixação universal que garanta segurança e compatibilidade com diferentes marcas e modelos de pratos; Montagem: Sistema de montagem e desmontagem rápida, sem necessidade de ferramentas adicionais, projetado para facilitar o transporte, armazenamento e uso imediato; Acabamento: Revestimento antiferrugem de alta durabilidade, com pintura ou tratamento superficial que assegure resistência a intempéries e desgaste pelo uso contínuo; Finalidade: Atender às demandas de práticas musicais, ensaios, apresentações ao vivo e atividades pedagógicas, sendo adequado para uso por músicos de todos os níveis de experiência;	1
3	293220	ESTANTES PARA PARTITURA DE MADEIRA REFORÇADA - Material: Tripé em aço carbono com ajuste telescópico de altura. Possui ajuste de inclinação com sistema dentado, acabamento em pintura eletrostática a pó na cor preta. Base superior em MDF 6,00mm com dimensões 390x290mm	60
4	460991	FLUGELHORN Bb - Especificações Chave Bb. Material da Campana, Two piece, Gold brass Diâmetro da campana 151.8mm (6"). Dimensão do calibre M 11mm (0.433"). Peso Medium, Acabamento Silver-plated. Bocal FH 11F4.	1
5	7720	HARD CASE ACESSÓRIOS - 100x50X50 com Rodas reforçado. Estrutura de 10mm revestido em Laminado TX preta. Perfil macho e fêmea de 10mm de alumínio para maior resistência. Cantoneira em L nas laterais de 25 mm. Acabamento interno em espuma de altadensidade de 10mm 2 fechos Embutidos cromado 4 Rodas Giratórias 360°. Cantos de metal cromado 2 Alças embutidas. Dimensões Livre interna do case. Largura 100 cm. Profundidade 50 cm. Altura 50 cm.	4
6	475611	HARD CASE MESA – Case Rígido, Estrutura de 06mm revestida em laminado TX preto, com perfil em alumínio macho e fêmea de 06mm e cantoneira em alumínio "L" de 15mm, Acabamento interno em polietileno expandido, 14 cm de altura, 34 cm de comprimento e 53 cm de largura, e dimensões interiores de 61 cm de comprimento e 38 cm de largura.	1
7	631129	MICROFONE DINÂMICO CARDÍÓIDE PROFISSIONAL – Conector/es saída xlr-3, frequência máxima 20000Hz, frequência mínima 40Hz, alta resolução, impedância 600, com fio	4

8	9608	MIXER DE 12 CANAIS - 4 mono/mic + 4 estéreo / 2 barramentos de grupo + 1 barramento estéreo / 2 AUX (incluindo efeito), Mixer de 12 canais, 4 entradas de microfones (MAX 6) / 4 entradas estéreo, 2 Barramentos de grupo e 1 Barramento estéreo, 2 Saídas AUX (incluindo efeito), Pré-amplificador D-PRE que utiliza o circuito invertido de Darlington, 1-Potenciômetro de controle de compressão, Efeitos de alto nível: SPX com 24 programas, Funções Audio via USB 24-bit / 192kHz 2in / 2out, Compatível com iPad (2 ou posterior), através de adaptadores apropriados (APPLE), Incluindo o software Cubase AI DAW (download version), Chave de atenuação (PAD) nos canais mono, Phantom Power - Entrada de Mic +48V, Saída XLR balanceada, Fonte de alimentação elétrica universal interna, compatível em todo mundo.	1
9	379683	PEDESTAL PARA CAIXA DE SOM – Material Ferro, Modelo: Extensível, Construído com tubos de 1 ½", 3 Furos disponíveis para inserção do pino de segurança, Capacidade: 50 kgs, Regulagem de abertura dos pés, Trava de segurança e Altura mínima de 80 cm.	2
10	632313	TROMPETES Bb, MODELO PROFISSIONAL - Campana Inteira 4-7/8", Calibre .462" (11,73mm), Pistos confeccionados em Monel, Chave de afinação na 1ª volta acionada exclusivamente por sistema de gatilho, Trava de segurança de abertura na 3ª volta, Acabamento prateado, Bocal Americano CKB3C, Estojo Luxo. Procedência: Europa, Japão ou Estados Unidos.	3
11	638722	TUBA 4/4 EM Bb, MODELO PROFISSIONAL – Material Latão, 4 Válvulas - gatilho, Campana diâmetro: 482mm, Calibre diâmetro: 18,50m, Afinação Sibemol, Acabamento: Banhado a prata com acessórios laqueados.	1
Valor Total Estimado da Contratação			

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

1. Com a atenção que a fase de planejamento da contratação requer, é fundamental que cada etapa, notadamente o levantamento de mercado, seja analisada sob a ótica da Lei nº 14.133/2021 e das normas complementares. A Gerência de Pesquisa de Preços e Compras Diretas traçou um panorama claro sobre a metodologia empregada na pesquisa de preços, elemento primordial para a futura aquisição dos instrumentos musicais destinados à Banda Lira de Prata de Santana, assegurando a transparência e a vantajosidade para a Administração Pública.
2. A pesquisa de preços em questão, detalhadamente descrita na Justificativa (1953205) do processo administrativo em epígrafe, demonstra-se alinhada aos rigores impostos pela legislação vigente. Sua condução seguiu os ditames do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e as disposições do Decreto Municipal nº 48.980/2023, o qual pormenoriza os procedimentos e diretrizes para a realização de pesquisas de preços no âmbito municipal. Essa base normativa robusta confere à pesquisa a necessária segurança jurídica e procedimental.
3. No que tange à metodologia de coleta, o documento enfatiza que as cotações foram obtidas por meio de fontes formais e reconhecidas, uma premissa inegociável para a fidedignidade dos dados. Essas fontes incluíram tanto fornecedores do ramo, indicando um contato direto com o mercado especializado, quanto plataformas oficiais de contratação. A menção ao "Portal de Compras em contratações similares realizadas pela Administração Pública", ainda que com um campo para a inserção da plataforma específica, reforça o compromisso com a busca de informações em ambientes já homologados e de acesso público, promovendo a transparência e a abrangência da coleta de dados. Essa diversidade de fontes é essencial para se obter uma visão representativa dos preços praticados.
4. Um aspecto particularmente relevante da pesquisa foi o tratamento dos dados coletados. A Justificativa (1953205) pontua que a aplicação de um método estatístico sobre a série de preços obtidos revelou uma notável homogeneidade. Tal característica foi tão evidente que dispensou a necessidade de desconsiderar valores que pudessem ser classificados como inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados. Essa homogeneidade é um indicativo forte da estabilidade do mercado para os itens pesquisados e da coerência dos valores encontrados, fornecendo uma base sólida para a definição do preço estimado sem distorções.
5. Para a determinação do preço referencial, GEPRE informa que a média dos preços foi calculada de forma clara e fundamentada. Aprofundando essa informação, a Justificativa (1953205) esclarece que, em consonância com o Art. 4º do Decreto nº 48.980/2023, que permite a utilização da mediana, da média ou do menor preço sob determinadas condições, optou-se pela "média dos preços". Mais especificamente, o método matemático aplicado foi a média aritmética das amostras apuradas, uma escolha técnica defensável quando os preços se mostram homogêneos, pois permite que o valor estimado represente o comportamento médio do mercado, minimizando riscos de desvios significativos.
6. A conclusão do processo de pesquisa de preços foi formalmente atestada, declarando a sua regularidade e validando-a como base para a definição do valor estimado da contratação. Além disso, o documento afirma categoricamente que o valor estimado é compatível com os preços de mercado e, de suma importância, que não foram identificados indícios de sobrepreço ou direcionamento. A Justificativa (1953205) complementa que a economicidade esperada pela Administração Pública será alcançada justamente pela adoção da média como critério de preço, evidenciando uma relação custo-benefício favorável.
7. Portanto, o levantamento de mercado do processo traduz um trabalho metódico e em conformidade com as exigências legais e regulamentares. A metodologia empregada, a origem das fontes, o tratamento estatístico dos dados e a forma de definição do preço referencial se configuram como um arcabouço robusto e transparente, apto a subsidiar a fase de planejamento da contratação com a segurança e a credibilidade necessárias para assegurar a escolha mais vantajosa para o interesse público.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 147.371,74 (cento e quarenta e sete mil e trezentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos)**.
- 6.1.1. O valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** é oriundo da Emenda Parlamentar nº 479/2023, processo nº 202400042000997, repassado pela Secretaria de Estado de Relações Institucionais – SERINT, na conta do Banco Caixa Econômica Federal, Agência 2511-9, Operação 2200, Conta Corrente 000575232749-7.
- 6.1.2. O valor de **R\$ 47.371,74 (quarenta e sete mil e trezentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos)** é oriundo de contrapartida do Município de Anápolis.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 7.1. A solução abrangente para a necessidade da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Anápolis consiste na **aquisição de um conjunto de instrumentos musicais e insumos específicos, de padrão profissional, que se integrarão ao acervo existente da Banda Lira de Prata de Santana**. Esta aquisição não é meramente um suprimento de materiais, mas uma estratégia para reestruturar e fortalecer a capacidade de execução da Banda, que, como patrimônio cultural, necessita de equipamentos que reflitam sua importância e longevidade. Os instrumentos, como baterias, clarinetes, bombardinos e teclados elétricos, conforme o levantamento técnico detalhado neste Estudo Técnico Preliminar, devem atender a especificações rigorosas, a exemplo dos FLUGELHORN Bb, MIXER DE 12 CANAIS, TROMPETES Bb, MODELO PROFISSIONAL, TUBA 4/4 EM Bb, MODELO PROFISSIONAL entre outros, garantindo qualidade sonora, durabilidade e compatibilidade com o padrão técnico já estabelecido pela Banda. Essa padronização é vital para a coesão sonora e a facilidade de adaptação dos músicos.
- 7.2. A qualidade dos instrumentos selecionados é intrínseca à própria solução. Não se trata de optar por equipamentos de alto custo sem justificativa, mas de reconhecer que a aquisição de itens de padrão profissional, fabricados com materiais nobres e técnicas apuradas, representa um investimento em longo prazo. Instrumentos de menor qualidade exigiriam substituições mais frequentes e manutenções corretivas constantes, gerando um ciclo vicioso de gastos e interrupções nas atividades. A escolha por equipamentos duráveis, portanto, alinha-se diretamente com o princípio da economicidade e da eficiência na aplicação dos recursos públicos, prevenindo despesas futuras e garantindo a continuidade das apresentações da Banda sem interrupções indesejadas.
- 7.3. Entretanto, a solução não se esgota na entrega dos instrumentos e insumos. As **exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica** são pilares fundamentais para a efetividade e a perenidade da contratação.

- 7.4. Em relação à **manutenção**, a solução deve contemplar a facilidade de realização tanto da manutenção preventiva quanto da corretiva. Para a preventiva, a inclusão de acessórios essenciais como "Hard Case" para instrumentos delicados é crucial. Esses itens de proteção são parte integrante da manutenção, pois previnem danos por transporte e armazenamento inadequado, estendendo a vida útil dos equipamentos. Adicionalmente, a contratada deverá assegurar a **disponibilidade contínua de insumos básicos** para manutenção e operação (como palhetas para instrumentos de sopro), que são consumíveis e indispensáveis para o uso diário dos instrumentos. A ausência desses itens inviabiliza o uso e gera paradas operacionais.
- 7.5. Quanto à **assistência técnica**, a solução demanda garantias robustas. É imprescindível que a contratada ofereça uma garantia de fábrica sobre todos os instrumentos e equipamentos, cobrindo eventuais vícios de fabricação e durabilidade dentro de um prazo razoável, que se espera ser compatível com a vida útil esperada desses bens de alto valor. Além da garantia, a disponibilidade de **serviços de pós-venda especializados** é um fator crítico. Isso inclui o acesso facilitado a peças de reposição originais e a uma rede de assistência técnica qualificada, com profissionais aptos a realizar reparos específicos em instrumentos musicais profissionais. Cláusulas contratuais deverão prever **prazos de atendimento e reparo compatíveis** com a urgência da Banda em ter seus instrumentos operacionais, minimizando o tempo de inatividade e o impacto nas performances e ensaios. A localização da assistência técnica ou a oferta de logística reversa para reparos também podem ser critérios a serem ponderados para otimizar o tempo de resposta e reduzir os transtornos para a Administração.
- 7.6. Em síntese, a solução almejada é holística: transcende a mera aquisição de bens para englobar a garantia de operacionalidade e longevidade dos instrumentos, através de especificações técnicas rigorosas e um suporte robusto de manutenção e assistência técnica. Ao definir a solução nesses termos, a Administração Pública assegura não apenas a conformidade com a Lei nº 14.133/2021, mas o cumprimento efetivo da missão cultural da Banda Lira de Prata de Santana, com eficiência, economicidade e pleno atendimento ao interesse público.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. A aquisição de instrumentos musicais e insumos para a "Banda Lira de Prata de Santana" se **enquadra perfeitamente na premissa que fundamenta o parcelamento**. O objeto da contratação é, por sua própria natureza, heterogêneo. Estamos falando de diferentes tipos de instrumentos (de sopro, mixer entre outros), cada qual com suas especificações técnicas peculiares, fabricantes especializados e insumos específicos que atendem a necessidades distintas. Um FLUGELHORN Bb, MIXER DE 12 CANAIS, TROMPETES Bb, MODELO PROFISSIONAL, TUBA 4/4 EM Bb, MODELO PROFISSIONAL, são produtos que, embora todos relacionados à música, pertencem a segmentos de mercado frequentemente distintos.
- 8.2. O Art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, de forma muito clara, preconiza que o edital deverá prever a divisão em itens ou lotes quando técnica e economicamente viável e vantajoso para a administração. No presente caso, o parcelamento não é apenas viável, mas profundamente **vantajoso** e, diria, **necessário** para o sucesso da contratação.
- 8.3. Vejamos os argumentos que justificam essa decisão:
- 8.3.1. **Ampliação da Competitividade:** A divisão da contratação em itens permitirá a participação de um número significativamente maior de empresas licitantes. Um fornecedor especializado em instrumentos de sopro, por exemplo, pode não ter a mesma expertise ou o mesmo portfólio de um que se dedica à percussão ou a mixers eletrônicos. Ao licitar por itens, abre-se a oportunidade para que cada empresa concorra nos segmentos em que detém maior competitividade, seja por sua capacidade de fornecimento, pela representação de marcas específicas ou por uma estrutura de custos mais favorável naquele nicho. Agrupar todos os itens em um único lote restringiria a competição a um número ínfimo de grandes fornecedores, que teriam de cobrir a totalidade da demanda, muitas vezes com custos menos eficientes para itens fora de sua especialidade principal.
- 8.3.2. **Busca da Proposta Mais Vantajosa:** O parcelamento da licitação é um mecanismo poderoso para a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, princípio basilar das contratações. Cada item será disputado de forma individualizada, estimulando os licitantes a apresentarem seus melhores preços e condições para os produtos em que são realmente competitivos. Em um cenário de lote único, o fornecedor tende a precificar o conjunto, diluindo margens e, não raro, elevando o preço final para compensar itens em que sua competitividade é menor. Com o parcelamento, a somatória dos melhores preços por item tem uma forte probabilidade de resultar em um valor global inferior ao que seria obtido em um lote fechado.
- 8.3.3. **Promoção da Especialização e Qualidade Técnica:** A natureza específica dos instrumentos musicais de padrão profissional requer não apenas o produto em si, mas um conhecimento técnico apurado sobre suas características, compatibilidade e, futuramente, manutenção. Ao licitar por itens, a Administração tem a possibilidade de contratar com fornecedores que são referências em seus respectivos nichos, garantindo não apenas um preço mais atrativo, mas também uma qualidade técnica superior do bem e um suporte pós-venda mais qualificado. As especificações detalhadas no DFD, que apontam para marcas e modelos de alta performance, reforçam a necessidade de buscar o melhor fornecedor para cada componente do acervo.
- 8.3.4. **Estímulo ao Desenvolvimento Econômico Local e Regional:** O parcelamento favorece a participação de pequenas e médias empresas (EPP e ME), inclusive as de âmbito local ou regional, que muitas vezes possuem especialização em determinados tipos de instrumentos ou acessórios musicais. Essa medida não apenas cumpre um papel social importante ao estimular o empreendedorismo e a economia local, mas também contribui para a diversificação do leque de fornecedores da Administração, aumentando a resiliência da cadeia de suprimentos.
- 8.3.5. **Minimização de Riscos:** Ao dividir a contratação, reduz-se o risco de atrasos ou problemas de qualidade que possam afetar a totalidade do objeto. Se houver alguma intercorrência com o fornecimento de um item específico, isso não comprometerá a entrega dos demais, assegurando uma maior fluidez e resiliência à aquisição como um todo.
- 8.4. Diferentemente de situações em que a indivisibilidade do objeto, a economia de escala ou a perda da padronização técnica ou de desempenho justificariam a não parcelamento, exceções previstas na Lei, a aquisição de instrumentos e insumos musicais, pelas suas características intrínsecas, pende fortemente para a divisibilidade. Não há ganhos evidentes de escala que superem as vantagens da competição ampliada, e a padronização e o desempenho são mais bem garantidos pela busca do fornecedor mais qualificado para cada item específico.
- 8.5. Em face do exposto, a decisão de parcelar a contratação em itens, permitindo a licitação individualizada para cada tipo de instrumento e insumo, não é apenas uma recomendação, mas uma **estratégia imperativa** para assegurar a máxima eficiência, economicidade e conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a Banda Lira de Prata de Santana receba os melhores produtos nas melhores condições, em benefício do interesse público de Anápolis.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 9.1. Os resultados esperados da presente contratação, especificamente em termos de economicidade e do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, elementos cruciais para a consecução dos objetivos da Lei nº 14.133/2021.
- 9.1.1. **Economicidade: Otimização Financeira e Redução de Custos a Longo Prazo**
- 9.1.1.1. A economicidade desta contratação reside em uma visão estratégica que vai além do preço de aquisição imediato. O levantamento de mercado, meticulosamente conduzido e atestado no processo, já apontou para a validação dos preços estimados como compatíveis com o praticado no mercado, isentos de sobrepreço ou direcionamento. A metodologia de pesquisa, que utilizou a média aritmética de preços homogêneos, coletados em fontes formais e reconhecidas, garante que o valor de referência para a aquisição seja o mais justo e vantajoso no cenário atual.
- 9.1.1.2. Adicionalmente, a decisão estratégica de **parcelar a contratação em itens** é o pilar fundamental da economicidade esperada. Conforme detalhado em nossa análise prévia, ao permitir que empresas especializadas compitam individualmente por cada tipo de instrumento ou insumo, a Administração fomenta a máxima competitividade. Essa abordagem tende a gerar um custo total de aquisição significativamente menor do que se a contratação fosse realizada por lote único, onde a ausência de especialização para todos os itens por parte de um único fornecedor geralmente resulta em preços inflacionados. O parcelamento, portanto, garante que cada componente do acervo musical seja adquirido pelo seu valor mais competitivo, otimizando o gasto do erário.
- 9.1.1.3. Outro ponto crucial é a **prevenção de gastos futuros desnecessários**. A aquisição de instrumentos de padrão profissional e de alta durabilidade, conforme as especificações técnicas delineadas, minimiza a necessidade de substituições precoces e a frequência de manutenções corretivas emergenciais. A inação, neste caso, resultaria em custos mais elevados no médio e longo prazo, seja pela obsolescência acelerada dos equipamentos existentes, seja pela necessidade de reparos constantes que comprometem o orçamento e a

continuidade das atividades da Banda. Assim, o investimento presente se configura como uma medida de economicidade preventiva.

9.1.1.4. Por fim, a correta e tempestiva aplicação dos recursos provenientes da **Emenda Parlamentar de Transferência Especial nº 479/2023** é um resultado direto da economicidade. A não utilização desses fundos dentro do prazo implicaria a perda de um recurso financeiro já destinado, o que representaria um dano econômico significativo para o Município e para a execução da política cultural. A contratação, neste contexto, assegura a efetividade na captação e aplicação desses recursos.

9.1.2. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos: Potencialização do Talento e Eficiência Operacional

9.1.2.1. Os resultados pretendidos no que concerne ao aproveitamento dos recursos humanos da Banda Lira de Prata de Santana são múltiplos e de alto impacto:

9.1.2.1.1. **Elevação da Qualidade Artística e da Produtividade:** A disponibilização de instrumentos novos e de alta performance proporciona aos músicos condições ideais para o desenvolvimento de seu talento e aprimoramento técnico. A frustração decorrente de equipamentos inadequados ou com falhas será eliminada, permitindo que o foco total se volte para a performance e a expressão artística. Isso se traduzirá em espetáculos de maior qualidade, que honram o legado da Banda e a expectativa da comunidade.

9.1.2.1.2. **Motivação e Retenção do Talento:** Músicos, especialmente em um ambiente de banda, dependem intrinsecamente da qualidade de seus instrumentos. O fornecimento de equipamentos profissionais é um fator decisivo para a motivação e o engajamento do corpo musical, contribuindo para a retenção dos talentos e o fortalecimento do vínculo com a instituição.

9.1.2.1.3. **Otimização do Tempo de Ensaio e Performance:** Instrumentos confiáveis e em perfeito estado de funcionamento reduzem drasticamente o tempo gasto com ajustes, reparos improvisados ou adaptações a falhas. Isso libera os músicos e o regente para dedicarem-se integralmente à lapidação do repertório, à harmonia e à técnica, aumentando a eficiência dos ensaios e a fluidez das apresentações.

9.1.2.1.4. **Preservação e Formação do Legado:** Ao assegurar a continuidade das atividades da Banda com equipamentos de ponta, garante-se também a transmissão de conhecimento e a formação de novas gerações de músicos, perpetuando o capital humano e artístico que a Banda representa para Anápolis.

9.1.3. Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais: Sustentabilidade e Longevidade do Acervo

9.1.3.1. O aproveitamento otimizado dos recursos materiais é uma premissa fundamental da contratação:

9.1.3.1.1. **Extensão da Vida Útil do Acervo:** A aquisição de instrumentos e insumos de alta durabilidade e padrão profissional é, por si só, um investimento na longevidade do patrimônio material da Banda. Equipamentos robustos e de qualidade superior resistem melhor ao uso contínuo e ao tempo, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e garantindo que o acervo material esteja disponível por um período muito maior.

9.1.3.1.2. **Integração e Otimização do Parque Instrumental Existente:** A escolha de itens compatíveis com o acervo atual, conforme apontado pelo levantamento técnico, assegura que os novos instrumentos se integrem harmoniosamente, evitando a criação de "ilhas" de equipamentos incompatíveis. Isso maximiza a utilidade de todos os instrumentos, sejam eles novos ou já existentes, gerando um conjunto coeso e funcional.

9.1.3.1.3. **Redução de Desperdícios e Obsolescência:** A aposta na qualidade e durabilidade se traduz em menos descarte de materiais em função de quebras ou obsolescência precoce, alinhando-se aos princípios da sustentabilidade ambiental. A inclusão de itens de proteção, como "hard cases", também contribui para a preservação física dos bens, prolongando seu ciclo de vida.

9.1.3.1.4. **Manutenibilidade Facilitada:** A escolha por marcas e modelos que possuam boa disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica qualificada garante que o recurso material, em caso de necessidade, possa ser reparado e mantido em pleno funcionamento, protegendo o investimento realizado e evitando a perda total de um instrumento por falta de suporte.

9.1.4. Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros: Investimento Estratégico e Responsabilidade Fiscal

9.1.4.1. Por fim, o gerenciamento e aproveitamento dos recursos financeiros se manifestam de diversas formas:

9.1.4.1.1. **Investimento com Retorno Qualitativo:** Os recursos financeiros, provenientes de emenda parlamentar, são convertidos em um investimento estratégico que gera um retorno imensurável em termos de valor cultural, educação musical e coesão social. A sustentação da Banda Lira de Prata de Santana é um investimento no bem-estar e na identidade cultural da comunidade.

9.1.4.1.2. **Transparência e Responsabilidade na Aplicação:** A condução da contratação em estrita observância à Lei nº 14.133/2021, com planejamento detalhado, justificativas técnicas e econômicas robustas, demonstra um compromisso com a gestão transparente e responsável dos recursos financeiros públicos.

9.1.4.1.3. **Otimização do Fluxo de Caixa Futuro:** Ao adquirir equipamentos duráveis e que demandam menos manutenção, o Município otimiza seu fluxo de caixa futuro, liberando verbas que seriam destinadas a reparos ou substituições para outras prioridades da Administração.

9.1.4.1.4. **Evitar Custos de Oportunidade:** A não realização da contratação ou a execução de forma ineficiente resultaria em um custo de oportunidade elevado, como a degradação de um patrimônio cultural, a perda de talentos e a descontinuidade de um serviço público de relevância social. A presente contratação evita esses cenários, maximizando o valor entregue pelo recurso financeiro empregado.

9.2. Em síntese, a contratação em análise, pautada pela economicidade e pelo aproveitamento racional dos recursos, não se limita a uma transação comercial, mas se configura como um **investimento estratégico no patrimônio cultural, na educação e no desenvolvimento social de Anápolis**, gerando valor sustentável e duradouro para a comunidade.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1. As providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato configuram uma série de atos interdependentes que visam assegurar não apenas a legalidade, mas a eficiência e a efetividade da execução contratual, protegendo o interesse público e otimizando o valor da contratação.

10.1.1. Providências Prévias à Celebração Contratual

10.1.1.1. **Habilitação e Adjudicação do Objeto:** Antes de qualquer celebração, a Administração deve proceder à rigorosa verificação da documentação de habilitação do licitante vencedor. Esta etapa é crucial para confirmar que a empresa cumpre todos os requisitos legais e editalícios de qualificação jurídica, fiscal, social, trabalhista e técnica. Uma vez confirmada a regularidade, o objeto é adjudicado ao vencedor, e o processo licitatório é formalmente homologado pela autoridade competente. Esses atos são a ratificação final da legalidade e da conveniência da escolha do contratado.

10.1.1.2. **Adequação Orçamentária e Financeira:** É mandatório reconfirmar a dotação orçamentária e a disponibilidade financeira para suportar a despesa decorrente da contratação, incluindo os valores totais, eventuais reajustes e custos acessórios previstos. A compatibilidade da despesa com o planejamento orçamentário deve ser cristalina, evitando-se o risco de descontinuidade da execução por ausência de recursos.

10.1.1.3. **Análise e Aprovação da Minuta Contratual:** A minuta do contrato, já elaborada com base no Termo de Referência e nas condições da proposta vencedora, deve ser submetida a uma última e minuciosa análise pela assessoria jurídica do órgão. Esta etapa visa assegurar que todas as cláusulas estejam em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o edital e com a proposta do adjudicatário, que contemplem as condições de execução, prazos, formas de pagamento, garantias, e especialmente as penalidades e as condições de manutenção e assistência técnica, já delineadas na descrição da solução.

10.1.2. Providências Relacionadas à Gestão e Fiscalização Contratual

10.1.2.1. O coração da preparação pré-contratual reside na estruturação da fiscalização e gestão, elementos que a Lei nº 14.133/2021 valoriza de forma categórica.

10.1.2.1.1. **Designação Formal do Gestor e do Fiscal do Contrato:** Conforme o Art. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá designar formalmente, por meio de ato administrativo específico (portaria), um gestor e um ou mais fiscais do contrato. Esta designação deve ocorrer antes da celebração do instrumento contratual. O gestor é a autoridade máxima de acompanhamento e o fiscal atua na verificação da execução do objeto, ambos com suas responsabilidades e atribuições claramente definidas em normativos internos e no próprio instrumento de designação.

10.1.2.1.2. **Capacitação dos Servidores Designados (Gestor e Fiscal):** Este é um ponto nevrálgico e estratégico. Não basta designar; é imperativo que os servidores possuam as competências técnicas e legais necessárias para o exercício de suas funções. A capacitação deve abranger:

10.1.2.1.2.1. **Conhecimento Aprofundado da Lei nº 14.133/2021:** Em especial, os artigos que tratam da execução, fiscalização, gestão

contratual, aplicação de sanções, alterações contratuais e recebimento do objeto.

- 10.1.2.1.2.2. **Domínio do Contrato Específico:** O gestor e o fiscal devem ter pleno conhecimento de todas as cláusulas contratuais, das especificações técnicas dos instrumentos musicais e insumos (qualidade, modelos, compatibilidade), dos prazos de entrega, das condições de garantia, manutenção e assistência técnica, e dos critérios de aceitação e pagamento. Para o objeto em questão, o fiscal deve ter um entendimento mínimo sobre os instrumentos musicais para atestar a conformidade técnica da entrega.
- 10.1.2.1.2.3. **Técnicas de Gestão e Fiscalização:** Treinamento em metodologias de acompanhamento da execução, registro de ocorrências, medição, controle de prazos e comunicação eficaz com o contratado.
- 10.1.2.1.2.4. **Gestão de Riscos Contratuais:** Capacitação para identificar, analisar e propor planos de mitigação para os riscos inerentes à execução do contrato, que foram mapeados na fase de planejamento.
- 10.1.2.1.2.5. **Sistema de Gestão de Contratos:** Instrução sobre o uso de sistemas eletrônicos de gestão de contratos (sistema SEI) para registro de todas as etapas da execução, desde a entrega até os atestes e pagamentos.
- 10.1.3. **Adequação do Ambiente da Organização:** A eficácia da gestão contratual depende não apenas da capacitação individual, mas do suporte institucional. As seguintes adaptações são essenciais:
 - 10.1.3.1. **Disponibilização de Recursos Materiais e Tecnológicos:** Garantir que o gestor e o fiscal tenham acesso a ferramentas adequadas de trabalho, como computadores, acesso à internet, softwares de produtividade e, se necessário, equipamentos para verificação do objeto (como afinadores, medidores para alguns instrumentos, ou acesso a peritos técnicos).
 - 10.1.3.2. **Definição de Fluxos de Trabalho e Comunicação Interna:** Estabelecer canais claros de comunicação entre o gestor, o fiscal, as áreas demandantes (Secretaria de Cultura e Turismo), a área financeira e a jurídica. Isso garante que decisões e informações relevantes fluam de maneira eficiente e que gargalos sejam rapidamente identificados e resolvidos.
 - 10.1.3.3. **Acesso à Documentação Completa:** Assegurar que toda a documentação do processo licitatório (DFD, ETP, Termo de Referência, Edital, Contrato, propostas, etc.) esteja facilmente acessível ao gestor e ao fiscal para consulta e tomada de decisão.
 - 10.1.3.4. **Cultura de Colaboração e Responsabilidade:** Fomentar um ambiente organizacional que valorize a fiscalização e a gestão contratual como atividades estratégicas, reconhecendo a importância do trabalho dos servidores envolvidos e promovendo a responsabilidade e a proatividade.
- 10.1.4. **Atualização da Matriz de Riscos:** Revisar e, se necessário, atualizar a matriz de riscos desenvolvida na fase de planejamento, considerando as especificidades da proposta do contratado e as condições concretas para a execução. Esta revisão permite refinar os planos de contingência e mitigação, tornando a gestão de riscos mais adaptada à realidade.
- 10.1.5. **Comunicação ao Contratado sobre Expectativas de Gestão:** É salutar que, antes da assinatura ou no ato da celebração, a Administração formalize junto ao contratado as expectativas quanto à execução do contrato, os canais de comunicação, as rotinas de fiscalização e as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento. Isso estabelece um ambiente de clareza e transparência desde o início da relação contratual.
- 10.2. Ao implementar estas providências, a Administração de Anápolis não apenas cumpre as exigências legais, mas estrutura-se para extrair o máximo valor da contratação, garantindo que a aquisição dos instrumentos musicais resulte na plena satisfação da necessidade pública e na promoção duradoura da Banda Lira de Prata de Santana.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 11.1. Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 12.1. A inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, não é uma mera formalidade, mas um imperativo para uma gestão pública responsável e alinhada às demandas contemporâneas. Ao analisar a contratação de instrumentos musicais e insumos para a Banda Lira de Prata de Santana, torna-se essencial descrever os possíveis impactos ambientais inerentes ao ciclo de vida desses produtos e, em seguida, propor medidas mitigadoras que serão incorporadas como requisitos para a solução.
- 12.1.1. **Descrição dos Possíveis Impactos Ambientais:** O ciclo de vida dos instrumentos musicais, desde sua produção até o desfazimento, pode gerar diversos impactos ambientais, que devem ser cuidadosamente considerados:
 - 12.1.1.1. **Fase de Produção:** A fabricação de instrumentos envolve a extração e processamento de matérias-primas diversas. Instrumentos de sopro e percussão frequentemente utilizam madeiras específicas, metais, plásticos e fibras sintéticas. A extração dessas matérias-primas pode levar à degradação de ecossistemas, desmatamento (se não houver manejo sustentável), consumo intensivo de água e energia, e geração de resíduos industriais. Os processos de acabamento e polimento podem empregar substâncias químicas com potencial poluente, se não forem devidamente controladas.
 - 12.1.1.2. **Fase de Uso:** Para instrumentos eletrônicos, como teclados e amplificadores, há um consumo de energia elétrica. Embora individualmente possa ser baixo, o consumo acumulado e em stand-by de múltiplos equipamentos pode ser relevante. Além disso, o uso de consumíveis como pilhas ou baterias (para alguns acessórios eletrônicos), óleos lubrificantes, produtos de limpeza específicos para instrumentos e o descarte de peças desgastadas também geram resíduos.
 - 12.1.1.3. **Fase de Desfazimento:** Ao final de sua vida útil, os instrumentos musicais podem se tornar resíduos de difícil manejo devido à complexidade de seus materiais (mistura de metais, madeiras, plásticos, componentes eletrônicos). O descarte inadequado pode levar à contaminação do solo e da água, especialmente no caso de eletrônicos que contêm metais pesados e outras substâncias perigosas. A embalagem dos produtos, se não for reciclada, também contribui para o volume de resíduos.
- 12.1.2. **Medidas Mitigadoras e Requisitos de Sustentabilidade:** A abordagem para mitigar esses impactos será multifacetada, incorporando requisitos tanto na especificação do objeto quanto nas obrigações da futura contratada, sempre buscando o equilíbrio com a essencialidade técnica dos bens para a Banda Lira de Prata de Santana.
 - 12.1.2.1. **Requisitos de Durabilidade e Longevidade (Baixo Consumo de Recursos):** A principal medida mitigadora para instrumentos musicais reside na priorização da durabilidade e qualidade superior do produto. Ao especificar instrumentos de padrão profissional, com materiais nobres e construção robusta, estamos implicitamente incorporando um requisito de baixo consumo de recursos ao longo do tempo. Instrumentos mais duráveis resultam em:
 - 12.1.2.1.1. **Menor Frequência de Aquisição:** Reduz a necessidade de compras repetidas, diminuindo o consumo de matérias-primas e a energia associada à produção de novos itens.
 - 12.1.2.1.2. **Redução na Geração de Resíduos:** Prolonga a vida útil do bem, postergando seu descarte e, consequentemente, a geração de resíduos.
 - 12.1.2.2. **Requisitos de Baixo Consumo de Energia e Outros Recursos (Quando Aplicável):** Para os instrumentos que possuem componentes eletrônicos ou elétricos (teclados, amplificadores, pedais):
 - 12.1.2.2.1. **Eficiência Energética:** Deverão ser priorizados modelos que apresentem comprovada eficiência energética, seja através de certificações aplicáveis (quando existentes para a categoria de produto) ou de especificações técnicas que indiquem baixo consumo de energia em uso e em modo stand-by.
 - 12.1.2.2.2. **Baterias e Pilhas Recarregáveis:** Caso haja a necessidade de baterias ou pilhas para acessórios ou instrumentos portáteis, a especificação poderá prever modelos compatíveis com baterias recarregáveis de longa duração, reduzindo o descarte de pilhas comuns.
 - 12.1.2.2.3. **Consumíveis:** Para itens como óleos, graxas e produtos de limpeza, deverão ser priorizados aqueles com formulações de menor impacto ambiental, biodegradáveis e atóxicos, quando disponíveis e compatíveis com a performance e conservação dos instrumentos.
- 12.1.3. **Logística Reversa para Desfazimento e Reciclagem de Bens e Refugos (Quando Aplicável):** Esta é uma exigência crucial, especialmente no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei nº 12.305/2010), e será implementada de duas formas:
 - 12.1.3.1. **Para Eletrônicos (E-waste):** Para todos os instrumentos e equipamentos que possuam componentes eletrônicos significativos (mixers, etc.), será exigida da contratada a apresentação de um Plano de Logística Reversa, ou a comprovação de sua adesão a um sistema setorial

já estabelecido, que garanta a coleta e o descarte ambientalmente adequado desses produtos ao final de sua vida útil. Isso pode se dar por meio de um programa de take-back (o fornecedor se responsabiliza pelo recolhimento) ou por indicação de pontos de coleta especializados.

12.1.3.2. **Para Embalagens:** As embalagens utilizadas para o transporte e entrega dos instrumentos deverão ser, preferencialmente, feitas de materiais recicláveis, reciclados ou reutilizáveis. Será solicitado que a contratada recolha as embalagens no ato da entrega para sua correta destinação, seja reciclagem ou reutilização, minimizando a geração de resíduos no ambiente da Administração.

12.1.3.3. **Para Consumíveis e Outros Refugos:** A Administração estabelecerá em seu ambiente interno, em conjunto com a área de gestão de resíduos, procedimentos para a coleta seletiva e descarte adequado de consumíveis (palhetas, cordas, baquetas quebradas, etc.) e resíduos gerados pela manutenção, segregando materiais recicláveis e identificando destinações apropriadas para eventuais resíduos perigosos (ex: óleos).

12.1.4. **Materiais de Origem Sustentável (Análise de Viabilidade):** Em relação a instrumentos que utilizam madeira como matéria-prima principal, será dada preferência a fornecedores que comprovem a origem legal da madeira, por meio de certificações de manejo florestal sustentável (como FSC - Forest Stewardship Council ou PEFC - Programme for the Endorsement of Forest Certification), quando viável e sem configurar restrição indevida à competitividade. Para instrumentos de alta especificidade, onde a tradição na escolha do material (como a Granadilha para clarinetes) é fundamental para a qualidade sonora, esta exigência será avaliada quanto à sua aplicabilidade para não comprometer o desempenho técnico desejado.

12.2. A aplicação dessas medidas e requisitos demonstra o compromisso da Administração com a sustentabilidade, não apenas como uma obrigação legal, mas como um valor intrínseco à gestão pública moderna. Ao integrar esses aspectos na contratação, asseguramos que a aquisição dos instrumentos musicais para a Banda Lira de Prata de Santana não só fortalecerá a cultura local, mas também o fará de maneira ambientalmente consciente e responsável.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após a análise exaustiva e pormenorizada de todos os elementos constitutivos do planejamento desta contratação, desde a identificação da necessidade primordial até as minúcias das exigências técnicas e operacionais, bem como as providências administrativas e os critérios de sustentabilidade, cumpre-me apresentar o posicionamento conclusivo sobre a adequação da presente contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

13.2. A demanda central, conforme amplamente discutida, consiste na **garantia da continuidade, elevação da qualidade e preservação do acervo da Banda Lira de Prata de Santana**, reconhecida como um pilar cultural e social do Município de Anápolis. A aquisição de instrumentos musicais e insumos de padrão profissional não se configura como um mero dispêndio, mas como um **investimento estratégico no patrimônio cultural imaterial e na política pública de fomento à arte e à educação musical**.

13.3. A solução proposta, que envolve a aquisição de um conjunto de instrumentos e insumos com especificações técnicas rigorosas, está **plenamente alinhada e é fundamental** para atender a essa necessidade. A escolha por equipamentos de alta performance e durabilidade não só assegura a elevação da qualidade das apresentações e a longevidade do investimento, como também mitiga os riscos de descontinuidade das atividades e o desgaste prematuro do acervo, problemas que o levantamento técnico identificou como iminentes.

13.4. A adequação desta contratação é respaldada por uma série de fatores cruciais:

13.4.1. **Planejamento Robusto e em Conformidade Legal:** Todo o processo, desde a formulação do Documento de Formalização de Demanda (DFD) e dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), foi conduzido em estrita observância aos preceitos da Lei nº 14.133/2021 e da legislação municipal pertinente. Cada etapa foi devidamente fundamentada, garantindo a legitimidade e a transparência do processo.

13.4.2. **Vantajosidade e Economicidade Comprovadas:** A pesquisa de preços, realizada com base em fontes formais e reconhecidas e utilizando uma metodologia de cálculo transparente (média aritmética de preços homogêneos), atesta a compatibilidade do valor estimado com os preços de mercado. A estratégia de **parcelamento da contratação por itens**, justificada pela heterogeneidade do objeto e pela ampliação da competitividade, é um fator determinante para a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, otimizando o emprego dos recursos financeiros.

13.4.3. **Foco na Excelência Técnica e Sustentabilidade Operacional:** As especificações técnicas detalhadas, que priorizam a qualidade, durabilidade e compatibilidade dos instrumentos, garantem que a solução entregue atenderá plenamente às exigências artísticas da Banda. A inclusão de requisitos de **manutenção e assistência técnica**, bem como a previsão de dispositivos de **logística reversa** para eletrônicos e embalagens, asseguram a sustentabilidade operacional e ambiental da aquisição ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos, minimizando impactos negativos e maximizando a vida útil dos bens.

13.4.4. **Preparação Institucional para a Gestão Contratual:** A previsão de designação formal e capacitação dos servidores para a gestão e fiscalização contratual, juntamente com a adequação do ambiente organizacional, demonstra a preocupação da Administração em garantir que o contrato será acompanhado de forma proativa e competente, protegendo o interesse público durante toda a sua execução.

13.5. Diante do exposto, é o posicionamento conclusivo deste analista que a presente contratação, tal como delineada e planejada, mostra-se **plenamente adequada, pertinente e indispensável** para o atendimento da necessidade pública de revitalização e manutenção da excelência da Banda Lira de Prata de Santana. Ela representa uma solução eficiente, econômica e sustentável, capaz de gerar os resultados esperados em termos de economicidade, melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, e, fundamentalmente, de valor cultural e social para a comunidade de Anápolis.

Anápolis - Goiás, 30 de outubro de 2025.

Luciene Aparecida Silva
Gerente administrativo e financeiro
Responsável pela Solicitação

Ciente e de acordo.

Rafael Pires Borges
Secretário Municipal de Cultura e Turismo



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Aparecida Silva Rodrigues**, Gerente, em 30/10/2025, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pires Borges**, Secretário(a), em 30/10/2025, às 14:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1993656** e o código CRC **AD2B52C8**.

01124.00000173/2025-13

1993656v10

Avenida Brasil n. 200 - Bairro centro - CEP 75075-210 - Anápolis - GO , Sede da Prefeitura -

MINUTA DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 01124.00000173/2025-13)

CONTRATO Nº XX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS E A EMPRESA _____, PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER A "BANDA LIRA DE PRATA DE SANTANA" VINCULADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS – GOIÁS.

A Prefeitura de Anápolis-GO, por intermédio do(a) Secretaria Municipal de Administração, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030, na cidade de Anápolis – GO, inscrito(a) no CNPJ sob o nº. 01.067.479/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor Secretário Municipal de Cultura e Turismo, RAFAEL PIRES BORGES, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 01124.00000173/2025-13 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de instrumentos musicais para atender a "Banda Lira de Prata de Santana" vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Anápolis – Goiás, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital de Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, observados o disposto no art. 80, do Decreto Municipal nº 48.890/2023.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital e a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

<https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br
Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)
Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **outubro de 2025**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial cabível para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente

protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

9.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.4.4. O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.4.4.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.4.4.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.4.4.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

9.4.4.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.4.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 9.4.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 9.4.6. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.4.7. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.4.8. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.4.9. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.4.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.4.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 9.4.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.4.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.4.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.4.15. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 9.4.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.4.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.4.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.4.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.4.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas,

servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.4.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.4.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.4.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA– OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

10.2. A Contratada declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Contratante e aos quais tiver acesso em decorrência da execução do objeto.

10.3. A Contratada fica obrigada a comunicar à Prefeitura de Anápolis, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

10.4. A Contratada cooperará com a Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

10.5. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contractual.

11.2. Do objeto:

11.2.1. As regras para a Garantia do objeto são as constantes do Termo de Referência anexo ao Edital e a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao edital e a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

- 13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.6. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.7. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.8. Das indenizações e multas.
- 13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.11. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.12. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.13. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.](#)
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125 da Lei 14.133/2021).
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. A despesa será paga com recursos próprios – Emenda Parlamentar de “Transferência Especial” nº 479/2023, através do Elemento de Despesa 4.4.90.52. Fonte 136 e 236.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS

<https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br
Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)
Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030

16.1. A Análise de Risco referente ao presente contrato foi elaborada em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e integra este instrumento como Anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anápolis-GO, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento contratual.

Anápolis, XX de XXXXXXXX de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANÁLISE DE RISCOS

ARC – ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Processo: 01124.00000173/2025-50

1. INTRODUÇÃO

1.1. A fase de planejamento de qualquer contratação pública, especialmente sob a égide da Lei nº 14.133/2021, é o alicerce para a obtenção dos resultados desejados e a minimização de intercorrências. O presente estudo dedica-se à análise dos riscos inerentes ao processo de aquisição de instrumentos musicais e insumos para a "Banda Lira de Prata de Santana", no âmbito do Município de Anápolis. Nosso objetivo primordial é identificar potenciais obstáculos, avaliar sua probabilidade de ocorrência e o impacto que poderiam gerar, propondo, em seguida, estratégias de tratamento robustas. Essa abordagem proativa visa assegurar a legalidade, a eficiência, a economicidade e a consecução do interesse público, garantindo que o investimento se reverta em benefícios duradouros para o patrimônio cultural e a comunidade anapolina. A complexidade do objeto, que envolve desde a captação de recursos via emenda parlamentar até especificações técnicas detalhadas, demanda um olhar minucioso sobre cada etapa.

2. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS

- 2.1. **RISCO DE PERDA DOS RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR:** A dependência da Emenda Parlamentar de Transferência Especial nº 479/2023 impõe um cronograma que, se não cumprido tempestivamente, pode acarretar a perda do financiamento.
- 2.2. **Risco de Descontinuidade ou Precarização das Atividades da Banda:** A não efetivação da aquisição, ou a aquisição de itens inadequados, pode levar à interrupção das atividades da Banda Lira de Prata de Santana ou à degradação da qualidade de suas apresentações, conforme justificado no DFD.
- 2.3. **INCOMPATIBILIDADE OU ATRASO NA INCLUSÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA):** A informação de que o PCA para 2025 ainda não foi elaborado e a contratação será incluída no de 2026 pode gerar inconsistências ou atrasos burocráticos.
- 2.4. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXCESSIVAMENTE RESTRITIVAS:** Embora o ETP justifique a alta especificidade para garantir o padrão profissional, a exigência de materiais específicos pode, inadvertidamente, restringir a competitividade ou direcionar o mercado.
- 2.5. **FALHAS NA PESQUISA DE PREÇOS E NA ESTIMATIVA DE VALOR:** Embora a metodologia de pesquisa tenha sido detalhada e justificada no ETP, a possibilidade de flutuações de mercado ou de uma pesquisa não totalmente abrangente pode levar a preços referenciais desvantajosos.
- 2.6. **BAIXA COMPETITIVIDADE NA LICITAÇÃO:** Mesmo com o parcelamento em itens, a combinação de especificações detalhadas, exclusividade para MEI/ME/EPP, vedação a consórcios e a proibição de múltiplas marcas/modelos por item pode resultar em um número reduzido de licitantes ou em propostas não competitivas.
- 2.7. **INADIMPLEMENTO CONTRATUAL POR PARTE DO FORNECEDOR (ENTREGA E QUALIDADE):** Atrasos na entrega ou o

fornecimento de produtos em desacordo com as especificações técnicas detalhadas ou com vícios/defeitos.

- 2.8. **INADIMPLENTO CONTRATUAL POR PARTE DO FORNECEDOR (PÓS-VENDA E MANUTENÇÃO):** Falha na prestação de garantia (mínimo de 12 meses), manutenção corretiva em tempo hábil, fornecimento de equipamento equivalente ou assistência técnica qualificada, conforme exigido.
- 2.9. **NÃO CONFORMIDADE DO FORNECEDOR COM REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:** Descumprimento das obrigações ambientais, sociais e econômicas detalhadas no TR, incluindo logística reversa para eletrônicos e embalagens.
- 2.10. **Deficiências na Gestão e Fiscalização Contratual:** A ausência de capacitação adequada ou de recursos suficientes para os gestores e fiscais designados pode comprometer o acompanhamento eficaz do contrato e a correta aplicação das penalidades.
- 2.11. **ATRASOS OU PROBLEMAS NO PROCESSO DE PAGAMENTO:** Falhas na liquidação da despesa, na verificação de regularidade fiscal ou na emissão de ordem bancária, gerando atrasos que podem desmotivar o contratado ou levar a contencioso.
- 2.12. **AUSÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL:** A decisão de dispensar a garantia de execução do contrato aumenta o risco para a Administração em caso de inadimplemento grave do contratado, apesar da justificativa de baixo risco e economicidade.
- 2.13. **FRAUDE OU CONLUIO NO PROCESSO LICITATÓRIO:** Embora mitigado pela modalidade pregão eletrônico e exclusividade para MEI/ME/EPP, sempre existe o risco de práticas ilícitas entre licitantes.
- 2.14. **Variação Cambial ou Inflacionária:** Para itens que podem ter preço atrelado ao mercado internacional ou sofrer com a inflação, o período entre a pesquisa de preços e a efetiva contratação/pagamento pode gerar desequilíbrio econômico-financeiro. Embora o reajuste seja previsto após 1 (um) ano, a fixação de preço por este período pode expor a Administração a pedidos de reequilíbrio caso ocorram eventos imprevisíveis.

3. PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA

- 3.1. A probabilidade de ocorrência de cada risco foi avaliada com base nas informações disponíveis nos documentos e na experiência em contratações similares:
 - 3.1.1. **Muito Baixa (MB):** Rara, quase improvável.
 - 3.1.2. **Baixa (B):** Pouco provável de ocorrer.
 - 3.1.3. **Média (M):** Pode ocorrer, com alguma frequência.
 - 3.1.4. **Alta (A):** Provável de ocorrer, ou já há indícios.
 - 3.1.5. **Muito Alta (MA):** Quase certa de ocorrer.

4. IMPACTO DO RISCO

- 4.1. O impacto dos riscos foi classificado considerando as consequências para a Administração Pública, a Banda Lira de Prata de Santana e o interesse público:
 - 4.1.1. **Baixo (B):** Pequenas consequências, facilmente contornáveis, baixo custo.
 - 4.1.2. **Médio (M):** Consequências moderadas, exigindo ações corretivas, impacto financeiro ou operacional controlável.
 - 4.1.3. **Alto (A):** Consequências significativas, demandando esforços consideráveis, impacto financeiro ou operacional relevante, ou prejuízo à imagem.

4.1.4. **Muito Alto (MA)**: Consequências severas, podendo levar ao insucesso da contratação, graves prejuízos financeiros, legais ou de imagem, descontinuidade do serviço público.

5. ANÁLISE DE RISCOS

- 5.1. A análise dos riscos identificados, ponderando sua probabilidade e impacto, permite direcionar os esforços de gestão de forma estratégica. Por exemplo, as **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXCESSIVAMENTE RESTRITIVAS (Risco 4)**, embora justificadas tecnicamente no ETP para garantir o padrão profissional, carregam uma probabilidade **Média** de impactar a competitividade (**IMPACTO ALTO**). O mercado de instrumentos musicais profissionais, por vezes, possui poucas marcas ou fornecedores para determinadas especificações, o que exige um equilíbrio delicado entre a necessidade técnica e a garantia de ampla concorrência, conforme o Art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2. A **PERDA DOS RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR (Risco 1)**, com uma probabilidade **Média/Alta** (devido aos prazos e à burocracia inerente aos repasses) e um impacto **Muito Alto**, é um risco que demanda atenção máxima. Sua concretização significaria não apenas a não realização da aquisição, mas também a frustração de uma política pública cultural e a perda de um recurso financeiro já garantido.
- 5.3. A **AUSÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL (Risco 12)**, embora justificada pela Administração com base na economicidade e baixo risco de inadimplemento para fornecimentos comuns, possui uma probabilidade **Baixa** de se materializar, mas um **IMPACTO ALTO** caso ocorra um inadimplemento substancial por parte do contratado, especialmente para itens de alto valor unitário. O Art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021 permite a dispensa, mas a Administração deve estar ciente das implicações.
- 5.4. OS **RISCOS DE INADIMPLEMENTO POR PARTE DO FORNECEDOR (RISCOS 7, 8 E 9)**, tanto na entrega e qualidade quanto no pós-venda e sustentabilidade, são inerentes a qualquer contratação. Sua probabilidade pode variar de **MÉDIA A ALTA**, e o impacto, de **MÉDIO A ALTO**, dependendo da gravidade e da essencialidade do item afetado. A mitigação aqui reside na clareza das cláusulas contratuais e na eficácia da fiscalização.

6. PLANO DE TRATAMENTO

- 6.1. Para cada risco, propõe-se um plano de tratamento que visa preveni-lo, mitigá-lo ou estabelecer uma contingência caso se concretize:
- 6.1.1. **Risco de Perda dos Recursos da Emenda Parlamentar:**
- 6.1.1.1. **Prevenção:** Monitoramento constante e proativo dos prazos da emenda e do processo licitatório. Agilização das etapas internas de planejamento e aprovação.
 - 6.1.1.2. **Mitigação:** Comunicação formal e frequente com o órgão repassador (SERINT) sobre o status do processo.
 - 6.1.1.3. **Responsável:** Secretaria Municipal de Cultura, Setor de Licitações, Procuradoria Geral do Município.
- 6.1.2. **Risco de Descontinuidade ou Precarização das Atividades da Banda:**
- 6.1.2.1. **Prevenção:** Garantir a efetivação da contratação dentro do cronograma.
 - 6.1.2.2. **Mitigação:** Realizar levantamento contínuo do estado do acervo e, se necessário, buscar soluções paliativas de curto prazo enquanto a aquisição é processada.
 - 6.1.2.3. **Responsável:** Secretaria Municipal de Cultura.
- 6.1.3. **Incompatibilidade ou Atraso na Inclusão no PCA:**
- 6.1.3.1. **Prevenção:** Formalizar imediatamente a inclusão da demanda no PCA de 2026, com comunicação interna aos setores responsáveis para alinhamento.
 - 6.1.3.2. **Mitigação:** Obter parecer da área de planejamento sobre a viabilidade de execução da despesa, mesmo com a alteração do PCA.
 - 6.1.3.3. **Responsável:** Setor de Planejamento e Secretaria Municipal de Cultura.
- 6.1.4. **Especificações Técnicas Excessivamente Restritivas:**
- 6.1.4.1. **Prevenção:** Realizar consulta pública informal ao mercado antes da publicação do edital,

se possível, para verificar a amplitude de fornecedores para as especificações técnicas delineadas. Reavaliar a essencialidade de cada especificação restritiva frente à competitividade.

6.1.4.2. **Mitigação:** Incluir no edital e seus anexos a justificativa detalhada para cada especificação que possa ser percebida como restritiva, fundamentando-a na performance e compatibilidade técnica exigidas.

6.1.4.3. **Responsável:** Setor Técnico da Secretaria Municipal de Cultura, Agente de Contratação.

6.1.5. Falhas na Pesquisa de Preços e na Estimativa de Valor:

6.1.5.1. **Prevenção:** Assegurar que a pesquisa de preços da GEPRE utilize fontes diversas e atualizadas. Validar os preços com informações de mercado.

6.1.5.2. **Mitigação:** Revisitar a pesquisa de preços se houver um lapso temporal significativo entre sua realização e a publicação do edital, ou se houver pouca competitividade no certame.

6.1.5.3. **Responsável:** GEPRE, Agente de Contratação.

6.1.6. Baixa Competitividade na Licitação:

6.1.6.1. **Prevenção:** A estratégia de parcelamento já é uma forte medida. Avaliar a possibilidade de retirar a exclusividade para MEI/ME/EPP em itens de alta especificidade onde o mercado pode ser dominado por grandes fabricantes, caso a competitividade seja comprovadamente prejudicada. Reavaliar a vedação a múltiplas marcas/modelos por item, permitindo o "ou similar" com critérios claros.

6.1.6.2. **Mitigação:** Promover ampla publicidade do edital, inclusive em canais especializados do setor musical. Analisar criticamente o resultado da primeira tentativa de licitação, se houver, para identificar ajustes necessários.

6.1.6.3. **Responsável:** Agente de Contratação, Secretaria Municipal de Cultura.

6.1.7. Inadimplemento Contratual por Parte do Fornecedor (Entrega e Qualidade):

6.1.7.1. **Prevenção:** Cláusulas contratuais claras sobre prazos e especificações. Exigir declaração de capacidade de entrega.

6.1.7.2. **Mitigação:** Fiscalização rigorosa no recebimento provisório e definitivo, com verificação detalhada das especificações. Aplicação de penalidades conforme o TR e a Lei nº 14.133/2021.

6.1.7.3. **Responsável:** Fiscal do Contrato, Gestor do Contrato.

6.1.8. Inadimplemento Contratual por Parte do Fornecedor (Pós-venda e Manutenção):

6.1.8.1. **Prevenção:** Detalhamento das obrigações de garantia, assistência técnica e fornecimento de equipamentos equivalentes no Termo de Referência e no contrato.

6.1.8.2. **Mitigação:** Acompanhamento ativo das ocorrências. Notificação formal e tempestiva ao contratado para cumprimento das obrigações. Previsão de substituição do fornecedor em caso de falha grave e contínua.

6.1.8.3. **Responsável:** Fiscal do Contrato, Gestor do Contrato.

6.1.9. Não Conformidade do Fornecedor com Requisitos de Sustentabilidade:

6.1.9.1. **Prevenção:** Incluir as obrigações de sustentabilidade no edital de forma clara e mensurável, exigindo planos ou comprovações.

6.1.9.2. **Mitigação:** Fiscalização documentada do cumprimento das exigências de sustentabilidade. Aplicação de penalidades específicas.

6.1.9.3. **Responsável:** Fiscal do Contrato, Gestor do Contrato, Secretaria Municipal de Cultura.

6.1.10. Deficiências na Gestão e Fiscalização Contratual:

6.1.10.1. **Prevenção:** Designação formal e tempestiva do gestor e fiscal. Capacitação técnica e jurídica dos servidores designados, conforme previsto no ETP.

6.1.10.2. **Mitigação:** Criação de rotinas de acompanhamento e registro de ocorrências. Suporte técnico e jurídico contínuo aos fiscais e gestores.

6.1.10.3. **Responsável:** Secretaria Municipal de Cultura.

6.1.11. Atrasos ou Problemas no Processo de Pagamento:

6.1.11.1. **Prevenção:** Definir fluxos claros e céleres para a tramitação de documentos de

- pagamento. Treinamento das equipes envolvidas (fiscalização, liquidação, financeiro).
- 6.1.11.2. **Mitigação:** Monitoramento dos prazos de pagamento. Comunicação transparente com o contratado sobre o status da fatura.
- 6.1.11.3. **Responsável:** Gestor do Contrato, Secretaria Municipal de Economia.
- 6.1.12. **Ausência de Garantia Contratual:**
- 6.1.12.1. **Aceitação/Mitigação:** Consciente da dispensa, a Administração deve fortalecer outras ferramentas de controle, como a aplicação rigorosa das penalidades por inadimplemento, o acompanhamento próximo da execução e a exigência de compatibilidade do cronograma de desembolso com o recebimento dos bens, além da cautela na verificação da capacidade financeira e técnica do licitante.
- 6.1.12.2. **Responsável:** Gestor do Contrato.
- 6.1.13. **Fraude ou Conluio no Processo Licitatório:**
- 6.1.13.1. **Prevenção:** Utilização do pregão eletrônico, que favorece a transparência. Análise crítica das propostas e padrões de lances.
- 6.1.13.2. **Mitigação:** Denúncia aos órgãos de controle (Tribunal de Contas, Ministério Público) em caso de indícios.
- 6.1.13.3. **Responsável:** Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação, Procuradoria Geral do Município.
- 6.1.14. **Variação Cambial ou Inflacionária:**
- 6.1.14.1. **Prevenção:** Realizar a licitação o mais próximo possível da data de contratação.
- 6.1.14.2. **Mitigação:** Preparar-se para analisar e eventualmente deferir pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o Art. 131 da Lei nº 14.133/2021, com pareceres técnicos e jurídicos.
- 6.1.14.3. **Responsável:** Gestor do Contrato, Secretaria Municipal de Economia, Procuradoria Geral do Município.

6. RESPONSÁVEIS

- 6.1. A atribuição de responsabilidades é vital para a efetiva gestão de riscos. A seguir, os principais atores e suas competências:
- 6.1.1. **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA:** Responsável pela demanda inicial, alinhamento estratégico, acompanhamento geral da contratação e destino final dos instrumentos.
- 6.1.2. **GESTOR DO CONTRATO:** Autoridade máxima de acompanhamento do contrato, responsável pela gestão global e pela interface com o contratado e com os fiscais, conforme Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 48.980/2023.
- 6.1.3. **FISCAL DO CONTRATO (TÉCNICO E ADMINISTRATIVO):** Responsável direto pela verificação da execução do objeto, atesto de notas fiscais, controle de qualidade, e comunicação de intercorrências ao Gestor, conforme Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 48.980/2023. O Fiscal Técnico, neste caso, deverá ter conhecimento mínimo sobre instrumentos musicais para atestar a conformidade técnica da entrega.
- 6.1.4. **AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO:** Responsáveis pela condução do processo licitatório, desde a fase preparatória até a adjudicação, incluindo a análise das propostas e habilitação.
- 6.1.5. **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:** Análise de conformidade legal de todos os documentos (DFD, ETP, TR, Edital, Minuta Contratual) e consultoria em caso de dúvidas ou intercorrências jurídicas.
- 6.1.6. **GERÊNCIA DE PESQUISA DE PREÇOS (GEPRE):** Responsável pela condução da pesquisa de mercado e formação do preço estimado.
- 6.1.7. **Secretaria Municipal de Economia:** Responsável pela liquidação e pagamento das despesas, e pelo controle orçamentário.

7. MATRIZ DE RISCOS

Item	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	PLANO DE Tratamento	Responsável Principal
1	Perda dos Recursos da Emenda Parlamentar	A	MA	Monitoramento proativo de prazos; Comunicação formal com SERINT.	SECULT, Setor de Licitações
2	Descontinuidade/Precarização das Atividades da Banda	M	A	Garantir efetivação da contratação; Buscar paliativos se houver atraso.	SECULT
3	Incompatibilidade/Atraso na Inclusão no PCA	M	M	Formalizar inclusão imediata no PCA 2026; Alinhamento interno.	Setor de Planejamento, SECULT
4	Especificações Técnicas Excessivamente Restritivas	M	A	Consulta pública informal; Justificativa detalhada das especificações.	Setor Técnico da SECULT, Agente de Contratação
5	Falhas na Pesquisa de Preços e Estimativa de Valor	M	A	Assegurar fontes diversas e atualizadas; Reavaliar pesquisa se houver lapso temporal.	GEPRE, Agente de Contratação
6	Baixa Competitividade na Licitação	M	A	Parcelamento em itens; Avaliar exclusividade MEI/ME/EPP; Ampla publicidade; Permitir "ou similar".	Agente de Contratação, SECULT
7	Inadimplemento do Fornecedor (Entrega e Qualidade)	A	A	Cláusulas contratuais claras; Fiscalização rigorosa; Aplicação de penalidades.	Fiscal do Contrato, Gestor do Contrato

Item	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	PLANO DE Tratamento	Responsável Principal
8	Inadimplemento do Fornecedor (Pós-venda e Manutenção)	A	A	Detalhamento das obrigações no TR; Acompanhamento ativo; Notificação formal.	Fiscal do Contrato, Gestor do Contrato
9	Não Conformidade com de Requisitos Sustentabilidade	M	M	Exigências claras no edital; Fiscalização documentada; Penalidades.	Fiscal do Contrato, Gestor do Contrato
10	Deficiências na Gestão e Fiscalização Contratual	M	A	Capacitação dos servidores; Rotinas de acompanhamento e registro.	SECULT
11	Atrasos ou Problemas no Processo de Pagamento	M	M	Fluxos claros e céleres; Monitoramento de prazos; Comunicação transparente.	Gestor do Contrato, Secretaria de Economia
12	Ausência de Garantia Contratual	B	A	Fortalecer ferramentas de controle; Aplicação rigorosa de penalidades.	Gestor do Contrato, Procuradoria Geral do Município
13	Fraude ou Conluio no Processo Licitatório	B	A	Pregão eletrônico; Análise crítica das propostas; Denúncia aos órgãos de controle.	Agente de Contratação, Pregoeiro
14	Variação Cambial ou Inflacionária	M	M	Licitação próxima à contratação; Análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro.	Gestor do Contrato, Setor Secretaria de Economia, PGM

8. CONCLUSÃO

8.1. A análise de riscos apresentada revela a complexidade inerente à aquisição de bens especializados,

mesmo quando classificados como comuns, no contexto da Lei nº 14.133/2021. Observa-se que a Administração de Anápolis demonstrou um planejamento cuidadoso ao elaborar o DFD, ETP e TR, com forte embasamento jurídico e técnico, e a inclusão de aspectos de sustentabilidade. A decisão pelo parcelamento em itens é, sem dúvida, uma medida acertada para fomentar a competitividade e buscar a proposta mais vantajosa.

8.2. Contudo, pontos específicos, como a a potencial restrição à competitividade por especificações técnicas muito detalhadas ou pela proibição de consórcios, demandam atenção imediata. A gestão proativa dos riscos relacionados aos prazos da emenda parlamentar e à capacitação dos agentes fiscalizadores será crucial para o sucesso da empreitada.

8.3. Em suma, o planejamento da contratação, embora robusto, ainda exige ajustes pontuais e uma execução vigilante do plano de tratamento de riscos. Ao abordar esses desafios de frente, a Administração garantirá que a aquisição dos instrumentos musicais não apenas cumpra a sua finalidade primordial de valorizar a "Banda Lira de Prata de Santana" como patrimônio cultural, mas também que o faça de maneira exemplar em termos de conformidade legal, eficiência e responsabilidade fiscal.

Despacho: A Análise de Riscos da Contratação está sob a responsabilidade de uma equipe dedicada e especializada, composta por profissionais de diversas áreas, cuja expertise é fundamental para o sucesso e a qualidade do termo.

Anápolis - Goiás, 30 de outubro de 2025.

Luciene Aparecida Silva
Gerente administrativo e financeiro
Responsável pela Solicitação

Ciente e de acordo.

Rafael Pires Borges
Secretário Municipal de Cultura e Turismo



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Aparecida Silva Rodrigues, Gerente**, em 30/10/2025, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pires Borges, Secretario(a)**, em 30/10/2025, às 14:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1994257** e o código CRC **6AFCD7C5**.